



**UFOP**

Universidade Federal  
de Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO (UFOP)  
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA (EDTM)  
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA (DEMUL)**

**ANDRÉ FABRÍCIO SILVA**

**TRAGÉDIA DE BENTO RODRIGUES:  
desastre, patrimônio e direito à memória**

OURO PRETO – MG

2020

# **ANDRÉ FABRÍCIO SILVA**

**Tragédia de Bento Rodrigues: desastre, patrimônio e direito à memória**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Museologia da Escola de Direito, Turismo e Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Museologia.

**Orientadora:** Profa. Dra. Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira.

**Linha de Pesquisa:** Museologia e Patrimônio.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA  
OURO PRETO – MG  
2020



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE MUSEOLOGIA



## FOLHA DE APROVAÇÃO

André Fabrício Silva

Tragédia de Bento Rodrigues: desastre, patrimônio e direito à memória

Monografia apresentada ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia

Aprovada em 16 de novembro de 2020

### Membros da banca

Doutora - Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto  
Doutora - Juçara Gorski Brittes - Universidade Federal de Ouro Preto  
Doutora - Marcia Arcuri Suñer - Universidade Federal de Ouro Preto

Professora Doutora Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 15/02/2021



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Audebert Ramos de Oliveira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 08/08/2022, às 14:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0376105** e o código CRC **1CEF006C**.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à professora Ana Audebert pelo apoio. Ao Bruno, Junio e Julia, novos amigos e pessoas muito queridas que tive a oportunidade de conhecer e compartilhar bons momentos nesse retorno ao curso de Museologia. Aos meus familiares.

## **RESUMO**

A partir da ruptura da barragem da Samarco (Vale/BHP), ocorrida em 2015 no subdistrito de Bento Rodrigues, na cidade de Mariana-MG, buscamos neste trabalho, por meio de um olhar museológico, compreender como a ideia de patrimônio é usada para construir, reconstruir e negociar as identidades diante da tragédia. Procuramos analisar o acontecimento a partir da perspectiva do desastre, entendendo que distintas catástrofes geram ações de reparações específicas, na medida em que causam uma série de ações por parte das vítimas no engajamento e na proteção da memória e da identidade. Nesse sentido, nos debruçamos sobre as vítimas de Bento Rodrigues, por estarem enquadradas dentro da ideia de “atingidos” e do desastre vinculado ao crime. A tragédia gerou uma mobilização a partir de um entendimento do patrimônio despertado pela perda do território, concebido como mecanismo de reivindicação de direito à memória. A principal metodologia de análise se baseia nas falas dos moradores de Bento Rodrigues no jornal A Sirene, produzido pelos atingidos e para os atingidos, servindo como ferramenta de apoio para que se preserve as memórias dos mesmos e da própria tragédia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bento Rodrigues, A Sirene, Tragédia, Memória, Patrimônio, Musealização, Identidade.

## **ABSTRACT**

From the rupture of the Samarco dam (Vale / BHP) that occurred in 2015 in the sub-district of Bento Rodrigues in the city of Mariana-MG, we seek in this work, through a museological point of view, to understand how the idea of heritage is used to build, reconstruct and negotiate identities in the face of tragedy. We intend to analyze the event from the perspective of the disaster, understanding that different catastrophes generate specific reparations actions, as long as they generate a series of actions on the part of the victims in the engagement and in the protection of memory and identity. In this sense, we consider the victims of Bento Rodrigues for being framed within the idea of “atingidos” and the disaster linked to crime. The tragedy generated a mobilization based on an understanding of the heritage awakened by the loss of territory, conceived as a mechanism to claim the right to memory. Our methodology is based on the analysis of the statements of Bento Rodrigues’ residents in the newspaper A Sirene, which is produced by those “atingidos” and for those “atingidos”, serving as a support tool to preserve their memories and the tragedy itself.

**KEY WORDS:** Bento Rodrigues, A Sirene, Tragedy, Memory, Heritage, Musealization, Identity.

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Igreja Nossa Senhora das Mercês. Daniel Camargos. Fonte: Brasil de Fato 29/09/ 2016

Figura 2: O bar, restaurante e pousada da Sandra. Foto: Raquel Freitas/G1

Figura 3: Sandra Quintão e suas famosas coxinhas. Foto: Raquel Freitas/G1

Figura 4: Associação dos Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues (Ahobero). Foto: Kíria Ribeiro/Prefeitura de Mariana

Figura 5: Cidade de Armero antes da tragédia. Fonte: Emancipacion. 30 Años de la tragédia anunciada de Armero que eu gobierno de Belisario no quiso evitar. 08/11/2015

Figura 6: Cidade de Armero destruída após o desastre. Fonte: A Semana, La ciudad perdida. 11/13/2018

Figura7: Grupo de turistas visita casas em ruínas da localidade de Armero, no departamento de Tolima. Foto: Luis Acosta (AFP)- 13/11/2015.

Figura 8: Procissão segue pelas ruínas de Bento Rodrigues para celebrar o dia de Nossa Senhora das Mercês. Foto: Alexandre Guzanshe

Figura 9: Marquinhos Muniz e Marinalda Ruiz junto aos convidados na comemoração das bodas de prata realizada nas ruínas da Igreja de São Bento. Foto: Lucas de Godoy (2018).

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Movimento Internacional para uma Nova Museologia - MINOM

Companhia Vale do Rio Doce - CVRD

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS

Índice de Sustentabilidade da Mineração - ISM

Associação de Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues - AHOBERO

Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários - Incop

Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana - Compat

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - CONEP

Termo de Transação e Ajustamento de Conduta - TTAC

# Sumário

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I –BENTO RODRIGUES: TRAJETÓRIA E TRAGÉDIA .....</b>	<b>19</b>
<b>1.1. BENTO RODRIGUES ANTES DO DESASTRE: ENTRE MEMÓRIAS E TRADIÇÕES .....</b>	<b>20</b>
<b>CAPÍTULO 2 – ENTRE CATÁSTROFES E DESASTRES: VULNERABILIDADES E DIRETO A MEMORIA E AO PATRIMÔNIO .....</b>	<b>28</b>
<b>2.1. VULNERABILIDADE SOCIAL E REPARAÇÃO .....</b>	<b>30</b>
<b>2.2 – TRAGÉDIA DE ARMERO: DESASTRE NATURAL E LUTA PELA MEMÓRIA E IDENTIDADE.....</b>	<b>33</b>
<b>CAPÍTULO 3 – BENTO RODRIGUES: O PATRIMÔNIO COMO MECANISMO DE RESISTÊNCIA NO CONTEXTO PÓS DESASTRE .....</b>	<b>39</b>
<b>3.1- USOS E SENTIDOS DO PATRIMÔNIO NA MANUTENÇÃO DA IDENTIDADE .</b>	<b>39</b>
<b>3.2- EMOÇÕES PATRIMONIAIS: ATOS DE RECORDAÇÃO COMO MECANISMOS DE RESISTÊNCIA.....</b>	<b>44</b>
<b>3.3- O ‘NOVO BENTO’’: TEMPO, MEMÓRIA E APROXIMAÇÕES COM O PASSADO .....</b>	<b>49</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>54</b>
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>56</b>

## INTRODUÇÃO

O fenômeno da globalização impulsionou um processo de aprofundamento internacional de integração econômica, social cultural e política. Fez despertar uma consciência de que como cidadãos do mundo, sujeitos portadores de múltiplas identidades em uma sucessão de eventos e percepções distintas de tempo e espaço, evocando discursos e narrativas múltiplas.

A Museologia, nos estudos sobre museus e patrimônio, procurou rever suas práticas, propondo uma visão mais ampla do patrimônio. O movimento que, grosso modo, inicia-se com os debates deflagrados pela Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972, ganha respaldo e amplia-se com a Declaração de Quebec em 1984 e a subsequente criação do MINOM, Movimento da Nova Museologia. Segundo Mário Moutinho, “por oposição a uma Museologia de coleções, tomava forma uma Museologia de preocupações de caráter social” (1995 *in* BRUNO, 2010, p. 53).

Essa visão mais ampla do patrimônio passou a integrar em sua análise os territórios, as comunidades e os saberes nos processos patrimoniais, permitindo uma ampla análise envolvendo os saberes e as práticas patrimoniais (LEITE, 2016). Pedro Pereira Leite vai destacar que a Museologia sofreu um impacto direto nesse processo de globalização, ampliando o debate das narrativas tradicionais sobre o patrimônio, trazendo a luz as narrativas até então “esquecidas”. Nessa perspectiva, compreende o patrimônio como um instrumento que pode ser usado na gestão de conflitos e na própria reconstrução das cidadanias, na medida em que novos atores locais, comunidades e seus territórios, passam a integrar as práticas museológicas e patrimoniais (LEITE, 2016, p. 06).

O processo de transformação global afeta comunidades que veem seus territórios e memórias sucumbirem diante das tragédias causadas por empreendimento exploratórios e por fenômenos naturais, fruto da expansão dos interesses econômicos. Nesse contexto, vemos emergir reflexões e práticas museológicas que procuram dar voz aos sujeitos excluídos nesse processo,

destacando o direito à memória, implicando em múltiplas abordagens sobre os direitos humanos.

Nesse sentido, o presente estudo monográfico pretende elaborar uma análise museológica e patrimonial que vá ao encontro da ação proposta por Leite, de pensar a ação museológica “a partir das memórias individuais, como processo de reconstrução dos laços e sentidos do social (...) nesta dimensão de interrogar sobre de que forma os processos de ação sobre o social se apresentam com potencialidade para gerar ação” (LEITE, 2016, p.06). Essa análise perpassa algumas lutas globais pelo direito ao patrimônio, mas, principalmente, a um grupo específico que será o foco desse trabalho, denominado como “atingidos”.

Um amplo debate tem se estabelecido sobre o conceito de “atingidos” no Brasil. É uma categoria em disputa, cuja noção central, conforme aponta Carlos Vainer (2008), é determinada pelo processo de reconhecimento de um grupo social específico, família ou indivíduo, como atingido por empreendimento cujo reconhecimento legal estabelece algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação (VAINER, 2008, p. 39). Tal categoria surge em meio ao grande número de barragens construídas no Brasil a partir da década de 1950, para atender à crescente demanda de produção de energia elétrica, culminando na construção de diversas usinas hidrelétricas no território brasileiro (SILVA, 2011).

Tais empreendimentos visam a apropriação e reprodução dos espaços sob a lógica desenvolvimentista e exploratória dos recursos naturais, não levando em conta as populações que habitam esses espaços e as relações de afetividades materiais e imateriais que envolvem toda a prática da territorialização. Nessa dinâmica, a população atingida pode ser entendida pela mesma concepção de identidade coletiva, a de atingidos por barragens, que se caracteriza pela perda de terras para o empreendimento, cujo resultado é o deslocamento do espaço de sociabilidade estabelecido (SANTOS, 2015, p. 124).

Embora essa categoria esteja ligada à concepção, implantação e operação de projetos hidrelétricos, é uma categoria social em disputa. Para Vainer, a noção de “atingido” varia no tempo e no espaço, conforme o contexto

político e cultural. Nesse sentido, ampliamos a noção de “atingido” para compreendê-lo não só a partir do impacto da remoção “planejada”, mas também a partir da lógica do desastre envolvendo barragens. Pensado como um dos “estados possíveis do real”, o “desastre” é definido como um “acontecimento que desorganiza a ordem social, cultural, econômica e política de uma coletividade, a ponto de que esta não é capaz de reorganizar-se de forma espontânea e autônoma” (TADDEI, 2014, 2016, n.p).

As pessoas comumente denominadas de “atingidas”, dentro do espectro da tragédia, enfrentam uma situação limite de abandono do território, obrigadas a abdicarem de suas terras, costumes e tradições. São forçadas não somente a se adaptarem a uma nova realidade e a um novo lugar, mas também a reconstruírem seus laços familiares e sociais em um novo território. De acordo com Haesbaert (2004), o território seria um lugar dotado de territorialidade, marcada por um caráter de apropriação sobre determinado local. O território é visto como simbólico e com valor de uso como espaço de trocas de afetos. Haesbaert afirma, pois, que o território

Envolve sempre ao mesmo tempo (...) uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de 'controle simbólico' sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação) e uma dimensão mais concreta de caráter político-disciplinar: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (HAESBAERT, 2004, n.p).

Diante das acepções apresentadas, pretendemos tratar de um rompimento de barragem específico, que provocou o deslocamento de praticamente 600 pessoas do seu território, gerando um impacto significativo na vida desses indivíduos, destruindo o tecido social, provocando a perda dos seus referentes de identidade. Pretendemos, também, destacar como o desastre despertou nos atingidos uma vivência do patrimônio perdido e que os usos e apropriações do patrimônio demonstram uma tentativa de reconectar uma identidade destruída que se estabelece por meio da memória coletiva e individual.

A tragédia aqui elencada trata-se da ocorrida no ano de 2015 na cidade de Mariana, Minas Gerais, mais especificamente no subdistrito de Bento Rodrigues, localizado a 35km da cidade. No dia 05 de novembro, por volta das

16h e 20min, a barragem de Fundão, da mineradora Samarco Mineração S.A. – um empreendimento conjunto das maiores empresas de mineração do mundo, a brasileira Vale S.A. e a anglo-australiana BHP Billiton –, sofreu uma ruptura e entrou em colapso. Com isto, cerca de 34 milhões de m<sup>3</sup> de rejeitos de minério desceu a encosta em direção a Bento Rodrigues (BRITO,2016). O enorme volume de rejeitos destruiu completamente o subdistrito de Bento Rodrigues, afetando também os distritos vizinhos de Paracutu de Baixo, Gesteira, Barra Longa e algumas comunidades no distrito de Camargos. Os rejeitos seguiram contaminando o Rio Doce, Gualaxo do Norte e Rio do Carmo, chegando até o litoral do Espírito Santo. A maior tragédia ambiental do Brasil deixou 35 cidades de Minas Gerais em situação de emergência ou calamidade pública e afetou 4 municípios no estado do Espírito Santo.

O subdistrito de Bento Rodrigues, também conhecido como Comunidade de Bento Rodrigues, devido a sua proximidade com a barragem, foi o primeiro a receber o impacto da onda de rejeitos. A violência da enxurrada foi tão forte que a pequena comunidade desapareceu soterrada pela lama. Com ela, parte de sua história e memória. Nesse episódio, 19 pessoas morreram, sendo 16 mortes de funcionários que prestavam serviço para a empresa SAMARCO e 3 moradores de Bento Rodrigues <sup>1</sup>.

Com mais de 300 anos de existência, Bento Rodrigues foi um importante centro de mineração durante o século XVIII, fazendo parte da conhecida rota da Estrada Real<sup>2</sup>.A comunidade abrigava igrejas centenárias com um importante acervo de artes sacras, ruínas arqueológicas, uma rica paisagem natural e toda a imaterialidade figurada na rotina do dia a dia, na dinâmica das relações dos moradores com o espaço, nas tradições locais, nos saberes tradicionais, na tessitura que delimita o *ethos* do que é ser morador de Bento Rodrigues, na vivência de gerações de famílias e o núcleo existencial de pessoas que tornaram a Comunidade de Bento Rodrigues um espaço de memória pulsante.

---

<sup>1</sup>Veja lista de mortos e desaparecidos no rompimento de barragem em MG. G1, 07 de novembro de 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2015/11/veja-lista-de-desaparecidos-no-rompimento-de-barragens.html> . Acesso em 02/10/2020

<sup>2</sup>A Estrada Real é a maior rota turística do país. São mais de 1.630 quilômetros de extensão, passando por Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. A sua história surge em meados do século XVII, quando a Coroa Portuguesa decidiu oficializar os caminhos para o trânsito de ouro e diamantes de Minas Gerais até os portos do Rio de Janeiro. As trilhas que foram concedidas pela realeza ganharam o nome de Estrada Real.

A lama ocasionou a perda de memórias e identidades. As marcas delimitadas pela tragédia colocaram esses moradores no patamar de “atingidos” e representou algumas ressignificações na relação destes com o patrimônio perdido, que agora se reconstitui por meio de uma memória afetiva, na busca em recompor aquilo que se foi e na tentativa de manterem viva as identidades ligadas ao espaço que já não existe.

Haesbert vai afirmar que em todo processo de “desterritorialização desenraizadora” ocorre um processo inverso de “reterritorialização”, espacialmente descontínuo e de maneira complexa (HAESBAERT, 2004). Nessa lógica, o processo é delimitado por uma realocação de determinada população para um novo lugar, de diferentes condições sociais e econômicas.

Cabe destacar, conforme no diz Teresa Scheiner, que toda a história do humano no planeta está atravessada pela experiência da territorialidade. Mas, é na esfera local que cada grupo humano desenha e define a sua marca identitária (SCHEINER, 2004, p.63). Pensando na prática de “desterritorialização” dos moradores da Comunidade de Bento Rodrigues, o seu processo de “reterritorialização” se deu na cidade de Mariana, a princípio, com as famílias espalhadas pelos hotéis da cidade e posteriormente alocadas em casas alugadas pagas pela empresa responsável pelo desastre. Esse processo de “reterritorialização” é marcado por uma ruptura da identidade dos atingidos, desenvolvida por meio das subjetividades, tanto individuais, quanto coletivas, que estão relacionadas aos grupos sociais ligados ao território, estabelecido por uma relação de vizinhança que se perdeu. Em meio a esse processo, a população de Bento Rodrigues se viu em um território que não diz respeito a sua identidade, como podemos visualizar na fala do atingido Antônio: “mesmo mudando de casa não nos adaptamos e continuamos procurando nossa identidade, nos ajustando aos padrões.” (ANTONIO, 2017, p. 11). E, no processo de adaptação, ainda lidaram com os diversos preconceitos por parte de alguns moradores da cidade de Mariana<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Inúmeros são os relatos que demonstram o preconceito sofrido pelos atingidos na cidade de Mariana. A matéria do jornal *Estadão* destaca que as crianças eram comumente chamadas de ‘pé de lama’ na escola, enquanto seus pais eram vistos como ‘aproveitadores’ por que dependiam da mineração para viver. Disponível em : <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,desabrigados-pela-lama-enfrentam-preconceito-e-desconfianca-em-mariana,10000085277> . Acesso em: 02/10/2020.

A mudança de território trouxe a necessidade para os atingidos de Bento Rodrigues de reconfigurarem a maneira como se comunicavam. Na nova luta que se iniciava pela busca dos direitos garantidos ao atingidos, era necessário pensar como reconstruir suas vidas e, nessa dinâmica, manterem vivas as memórias identitárias do território destruído. Nesse contexto, é criado, em janeiro de 2016, 3 meses após a tragédia, o jornal *A Sirene*, uma parceria entre os atingidos, a Arquidiocese de Mariana e o Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto (ICSA/UFOP). O jornal foi construído no intuito de reforçar a autonomia dos atingidos, na mesma medida em que procurou empoderar os mesmos nas suas reivindicações. Conforme consta no editorial da primeira edição do periódico, *A Sirene* é um jornal feito pelos atingidos e para os atingidos, servindo como ferramenta de apoio para que se preserve as memórias dos mesmos e que a partir dela possam reconstruir o elo de identidade que se rompeu no processo de desterritorialização (A SIRENE, 2016, p. 1).

Nesta perspectiva, para atingir os objetivos dessa pesquisa, nossa metodologia consiste na análise das falas dos atingidos no jornal *A Sirene*, com o intuito de compreender como a ideia de patrimônio é usada para construir, reconstruir e negociar as identidades, valores e significados sociais e culturais no contexto pós-desastre. Essa estratégia se estabelece na medida em que, diante da pandemia, torna-se complexa a tarefa de realizar entrevistas pessoais com os atingidos de Bento Rodrigues. Sendo assim, os depoimentos concedidos ao jornal *A Sirene* constituem-se como fonte central nessa pesquisa, uma vez que o jornal se intitula como porta-voz dos atingidos. Por se tratar de um periódico, certamente suas ações não representam a totalidade das reivindicações e percepções dos atingidos sobre o patrimônio destruído. Por isso, para uma análise que se apoie nos relatos reais, as análises se debruçarão pelas citações diretas dos atingidos que figuram no jornal *A Sirene*.

Os jornais analisados envolvem as publicações que vão do primeiro número, publicado em fevereiro de 2016, até a última publicação do ano de 2019, que circulou no mês de dezembro. O estudo busca ainda compreender de que maneira os atingidos medeiam os velhos significados sobre o que significa ser um morador de Bento Rodrigues e entender o “poder do lugar” no sentido de

evocar a emoção ligada ao patrimônio, onde a memória e a ideia de pertencimento contribuem para repensar o passado, ao mesmo tempo em que trazem uma expectativa de futuro enraizado nesse passado. Além disso, pensando esse fenômeno dentro da perspectiva da globalização, analisaremos outros casos envolvendo tragédias e a luta pelo direito ao patrimônio, para compreender como as especificidades das tragédias influenciam de maneira direta na luta pelo direito à memória e nos traumas gerados por elas.

Como ferramenta de análise, nosso estudo se baseia nas acepções teóricas sobre a relação “Memória e Emoção Patrimonial” desenvolvidas por Daniel Fabre (2013) e Nathalie Heinich (2013). Nos apoiaremos na ideia de que quanto mais fortes forem as emoções, como aquelas causadas pela perda do território, mais fortes serão as impressões deixadas, a ponto de constituírem-se em trauma, uma memória construída a posteriori. Nesse sentido, pretendemos apreender, a partir dos relatos dos atingidos no jornal A Sirena, que a carga emocional do estímulo provocada pela perda, no contato com o território destruído, influenciam nas diferentes etapas da manutenção das identidades, que se ampliam a partir da luta por reparação. Estudando os usos do patrimônio pelos indivíduos e comunidades no trato com a memória recente e suas perspectivas de resolução, queremos entender como se dão as fundações narrativas de tais memórias em um contexto pós desastre. Somente a partir da análise das estratégias efetivadas por esses personagens, seja através dos relatos, das ações, da política cotidiana, concebendo-as como produtoras de sentidos históricos e patrimoniais, poderemos levar adiante a elaboração de uma crítica capaz de complexificar os entendimentos da relação entre passado e presente nos usos do patrimônio em contextos pós desastres.

Entendemos nesta monografia os objetos patrimoniais dentro da perspectiva museológica da musealidade, que abrange as qualidades não materiais do objeto ou dos conjuntos de patrimônio cultural (MAROEVIC, 1997). Sendo assim, nos interessa a musealidade enquanto característica de um objeto material que “inserido numa realidade, documenta outra realidade” que “no tempo presente é um documento do passado(...) de outras relações espaciais” (MAROEVIC, 1997, p.111). A musealidade contribui para o aumento da influência sobre o papel da memória na identificação do significado do objeto patrimonial, incita o homem no processo de associação e de conotações que

elevam a percepção do sujeito na sua relação com o real. Para Mario Chagas, essa relação, seja ela estabelecida de maneira afetiva, cognitiva, sensorial e intuitiva, pode ser operada tanto na perspectiva de um lugar comum, quanto no que Chagas chama de “não-lugar” (CHAGAS, 2005, p. 63). Portanto, uma das formas de preservação da memória do patrimônio pelos atingidos se estabelece pela comunicação das mensagens do patrimônio tangível e intangível (MAROEVIC,1997, p.114) ligadas à história e às ruínas de Bento Rodrigues a partir da relação com o “não-lugar” “onde se encontram desterritorializados”. Tal pensamento se insere na própria discussão sobre decolonizar o pensamento museológico, como sugere Bruno Brulon, ao nos convidar a propor um pensamento crítico “para re-pensar as práticas museais” (BRULON SOARES, 2020, p. 2).

A ruptura com o pensamento colonial fundante das práticas museológicas oferece outras formas de análises, que neste trabalho se relacionam com a apropriação dos dispositivos de atribuição de valor por aqueles indivíduos que até então eram excluídos das representações (BRULON SOARES, 2020). Se é verdade que uma quantidade significativa de textos já foram escritos em torno do desastre que se estabeleceu em Bento Rodrigues, também é verdade que a menor parte deles trataram sobre o alcance dessas relações ao redor da experiência da memória, identidade e patrimônio cultural, dentro da perspectiva da tragédia. Dentre os estudos publicados sobre o tema, é importante destacar o debate levantado por Marcia Arcuri, Paulo Otávio Laia e Rodrigo Suñer. Os autores vão analisar o tema da tragédia ocorrida em 2015 a partir da apropriação comunitária do patrimônio arqueológico como estratégia para o fortalecimento do vínculo com o território. Patrimônio arqueológico esse que, constituídos por “componentes históricos e paisagísticos do patrimônio cultural das áreas atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão, tornaram-se, em um só golpe, “bens arqueológicos”, ao serem soterrados pela lama” (Arcuri; Laia; Suñer,2015, p.214). Os autores oferecem importante contribuição para esse trabalho ao apresentarem elementos para compreendermos a tragédia a partir da perspectiva comunitária, em que os bens arqueológicos se constituem como elementos que testemunham a realidade por meio da memória coletiva, que se solidificou a partir do território destruído (ARCURI; LAIA; SUÑER,2015) .

A proposta de um trabalho no qual os centros de análises sejam as formas como os indivíduos pertencentes a um território lidam com a memória ligada à destruição completa deste, talvez possa possibilitar a demonstração de outras formas de experimentação de tais tensões e como a relação com o patrimônio cultural pode figurar como estratégia de manutenção da memória e mecanismo de luta. Um estudo onde passado e presente se imbricam de forma tão categórica na experiência dos sujeitos, permitirá reflexões originais acerca de como a produção de sentidos históricos e de estratégias políticas de reconciliação são afetadas por (e afetam) certas relações com o tempo histórico e com as categorias de experiência e expectativa.

Este projeto de monografia surge das múltiplas inquietações levantadas durante um trabalho de educação patrimonial desenvolvido durante o segundo semestre de 2018 com crianças e adolescentes afetadas pela tragédia de Bento Rodrigues , onde foi possível perceber como estas se sentem deslocadas fora do território de origem, demonstrando que a tragédia traz importantes elementos para a análise de uma percepção do patrimônio cultural de uma comunidade para além do fruto de uma escolha centrada. A tragédia de Bento Rodrigues foi o maior desastre ambiental ocorrido na história do Brasil e representa também o primeiro caso de remoção forçada de uma comunidade inteira de seu território por meio de um desastre e a sua inserção em um novo. É um caso específico que permite desenvolver uma análise sobre como os sujeitos estabelecem uma relação de afetividade com determinado território e sobre a forma como se dará a manutenção dessa identidade em um novo espaço, onde ainda parece figurar a ideia de que os ritos da comunidade estabelecidos no antigo território se manterão no novo.

Destarte, o trabalho está estruturado em três capítulos: O primeiro capítulo é dedicado ao distrito de Bento Rodrigues, compreendendo a dinâmica de formação do distrito, suas histórias, memórias e personagens, no intuito de destacar as narrativas não oficiais de formação do território, incorporando os saberes e valores da comunidade;

O segundo capítulo apresenta um estudo de análise de conceitos que perpassam o trauma na sua relação com a tragédia. Além disso, procura demonstrar os distintos fenômenos que envolvem os desastres , sobre como as ações de reparação envolvendo as vítimas estão intimamente ligadas à própria

condição social em que as comunidades afetadas estão envolvidas. Analisamos também um caso específico de tragédia, ocorrido na cidade de Armero, Colômbia, e suas reverberações na luta pelo direito à memória e ao patrimônio, e em como essa tragédia gerou uma série de discussões que fornecem elementos para analisar o caso de Bento Rodrigues.

No terceiro, e último capítulo, busca-se compreender como a ideia de patrimônio é usada para construir, reconstruir e negociar as identidades, os valores e os significados sociais e culturais no contexto pós-desastre. Sob uma perspectiva que se baseia no entrecruzamento de emoções patrimoniais, usos do patrimônio, nostalgia do patrimônio e lugares de memória, investiga-se de que maneira essas noções se configuram nas ações de luta por reparação e no direito à cidadania.

## **CAPÍTULO I –BENTO RODRIGUES: TRAJETÓRIA E TRAGÉDIA**

### **1. PANORAMA GERAL SOBRE A HISTÓRIA DE BENTO RODRIGUES**

O subdistrito de Bento Rodrigues nasceu sob o signo da extração do ouro, carregando em si toda uma história ligada à mineração. Sua fundação remete ao final do século XVII, pelo bandeirante Bento Rodrigues. O paulista chegou a região do Mata-Cavalos em fins do século XVII e, percorrendo o Ribeirão do Carmo<sup>4</sup>, fundou vários assentamentos de garimpo. Um deles, que recebeu o seu nome, cresceu, tornou-se um centro minerador importante na região da Vila do Carmo<sup>5</sup>, tanto que em 1723 os seus moradores contavam com 355 escravos, 18 vendas e com uma produção de ouro na ordem de 1,072 ¼ oitavas de ouro. Por volta de 1718, foi construída a sua igreja, dedicada a São Bento. Logo depois, outra maior foi construída, tendo como padroeira a Virgem das Mercês (UFMG/ICOMOS,2019).

Bento Rodrigues foi um dos primeiros distritos auríferos de Minas Gerais e ponto de passagem para Ouro Preto e Diamantina (locais de extração de ouro e diamante no século XVIII). Outras atividades econômicas somaram-se à extração aurífera e passaram a desenhar uma rede local de negócios nas décadas iniciais do século XVIII. A colonização de Bento Rodrigues, como ocorreu em diferentes regiões de Minas Gerais, foi alimentada também pela procura de terras para o cultivo de plantas, beneficiamento de produtos e criação de animais (UFMG/ICOMOS,2019).

Se a extração de ouro foi determinante para a consolidação do subdistrito, é com o advento da mineração do minério de ferro na segunda metade do século XX que a localidade vai se constituir e torna-se dependente ao longo dos anos. A empresa que mais se destacou na localidade foi a Samarco, fundada em 1977, como uma empresa brasileira de mineração, de capital fechado, controlada no

---

<sup>4</sup> O rio Ribeirão do Carmo foi um dos principais pontos de referência para a extração do ouro em Minas Gerais. A descoberta do ouro nas cabeceiras da bacia do ribeirão do Carmo em fins do século XVII provocou um processo migratório na província de Minas Gerais e o surgimento de vários povoados, que originaram posteriormente as vilas que hoje são as cidades de Ouro Preto e Mariana.

<sup>5</sup> Em 8 de abril de 1711, o governador do Rio de Janeiro Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho criou, no arraial do Ribeirão do Carmo, a Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, confirmada por Carta Régia de 14 de abril de 1712 com o nome mudado para Vila Real de Nossa Senhora. No dia 23 de abril de 1745 seu nome muda para Mariana, homenagem do rei dom João V de Portugal a sua esposa dona Maria Ana de Áustria.

ano da tragédia em partes iguais por dois acionistas: BHP Billiton Ltda. e Vale S.A - antiga CVRD. Explora as minas de Alegria e Germano, antigas Fazendas nos arredores de Bento Rodrigues. (SAMARCO, 2016).

Desde o início da exploração do minério de ferro na região, diversas ações voltadas para a ampliação do acesso a localidade foram desenvolvidas por parte do Estado e do município de Mariana. Para atender as mineradoras e a população, foi aberto um novo traçado da antiga MG-129, entre Ouro Preto e Santa Bárbara, passando por Antônio Pereira e por fora da sede do distrito de Santa Rita Durão e dos povoados de Bento Rodrigues e Camargos, por onde as minas passaram a ser alcançadas. Se por um lado a estrada que passou a servir ao tráfego de caminhões de minério encurtou distâncias, evitou a poluição do ar e reduziu os riscos de acidentes de trânsito no povoado, por outro contribuiu para o isolamento de Bento Rodrigues. Como ação de medida compensatória para a instalação de uma das barragens de rejeitos, o povoado de Bento Rodrigues conseguiu na gestão do então prefeito de Mariana Jadir Macedo (1976-1982) a sua eletrificação. Posteriormente, chegou o telefone e em 2003 o asfaltamento de suas principais ruas (ICOMOS *et al.* 2019).

### **1.1. BENTO RODRIGUES ANTES DO DESASTRE: ENTRE MEMÓRIAS E TRADIÇÕES**

Bento Rodrigues, quando da tragédia, contava com aproximadamente 600 pessoas, tendo como atividade econômica básica a indústria extrativa mineral, que empregava significativa parcela da mão de obra local. O comércio da localidade era pouco diversificado, registrando-se grande dependência da cidade de Mariana. Existiam bares, mercearias e restaurantes com pouca relevância em termos de geração de renda. O artesanato, o turismo (ecológico, histórico e cultural) e atividades agrícolas também se faziam presentes, em caráter de subsistência principalmente (SEMAD, 2013).

Embora os moradores desenvolvessem outras atividades de subsistência, quando observamos o estudo de Mauricio Boratto Viana (2012) em sua tese de doutorado, em que procurou abordar os sistemas de avaliação para a construção do Índice de Sustentabilidade da Mineração (ISM), analisando os fatores de ordem econômica, social e ambiental que envolvem a mineração e as comunidades existentes em seu entorno e o município em que elas se inserem,

percebemos que em Bento Rodrigues o nível de dependência da mineração era extremamente elevado. Segundo o autor, 72% dos moradores do subdistrito mantinham, ou mantiveram, em algum momento de suas vidas, relação com as mineradoras do entorno (VIANA, 2012, p.203).

Ao analisar o período de residência dos moradores no território, o autor destaca que 14% residiam no local entre 10 e 20 anos, 60% entre 20 e 40 anos e 14 % acima de 40 anos (VIANA, 2012, p. 204). Essa análise permite afirmar que os moradores já estabeleciam uma relação de afetividade com o território. E, de certo modo, a população local mantinha uma relação amistosa com a Samarco, em que praticamente 60% dos entrevistados tinham uma visão positiva da mineração (VIANA, 2012, p. 206). Apesar da relação amistosa, 68% dos moradores viam o possível rompimento das barragens como problemas para o subdistrito.

Mesmo sob a sombra da mineração, os moradores de Bento Rodrigues seguiam estabelecendo seus ritos característicos constituintes das identidades ligadas à própria história de fundação da localidade. Nessa dinâmica, enraizados em um passado colonial cristão, os eventos mais significativos estavam marcados pelas manifestações religiosas. Os ritos religiosos eram uns dos principais laços de identidade que uniam o grupo enquanto membros da comunidade de Bento Rodrigues. A Semana Santa era considerada um dos principais eventos da comunidade, momento em que realizavam missas e procissões pelas ruas do subdistrito.

Evento de maior destaque era o dedicado ao padroeiro da Comunidade, São Bento. A Festa de São Bento, conforme destaca Eduardo Campos, mobilizava toda a comunidade, o que pode ser percebido no seu relato:

Na Praça a movimentação era intensa, enquanto os homens furavam buracos para colocarem as estacas para dependurar os enfeites e as bandeirolas, as mulheres davam a faxina na igreja(...). Aos poucos, na companhia do “Sô Lulu”, ia conhecendo as pessoas que se empenhavam na realização da festa: como o Sr. Filomeno (o guardião da Igreja de São Bento) (...). Logo quando a noite caía, todos iam tomar banho para acompanhar a procissão da bandeira, que neste ano saiu da casa do Sr. José Sobreira. Dona Tutita e o Sr. Lulu, não deixavam ninguém beber antes de cumprir o ritual religioso (...). A Procissão rodava todo o Bento, tendo à frente o “Sô Lulu” com o Antônio Andrade que iam abrindo caminho soltando rojões e os foguetes de cara anunciando o cortejo (...)Logo após a queima de fogos, dava início ao

forro(...)Na praça as barraquinhas serviam todos os tipos de iguarias das festas juninas mineiras. (CAMPOS, 2016, p.13)

Conforme vemos destacar nas palavras de Eduardo Campus, a Festa de São Bento reflete a dinâmica identitária dos moradores da comunidade de Bento Rodrigues, configurando-se nos ritos estabelecidos nos processos de realização da Festa. Além da Festa de São Bento, no mês de março, haviam outras duas festas de caráter religioso: a de Nossa Senhora das Mercês e a de São Benedito, que ocorriam em setembro. Nelas, vemos destacar outras manifestações que remetem aos valores tradicionais da comunidade de Bento Rodrigues, com destaque para os reinados.

Os reinados aconteciam na Festa de Nossa Senhora das Mercês e São Benedito, em que o padre vinha a cavalo para Bento Rodrigues e ficava toda semana durante a realização da novena. Os reinados eram muito bonitos, com sua rainha, rei, príncipe e princesas, a juíza da palma e o juiz, que davam esmolas para o santo. Na hora que o rei e a rainha tomavam posse, subiam ao altar – mor e a banda tocava saldando os dois, no final o rei e a rainha em agradecimento aos presentes serviam barris de vinhos para os fiéis. Eram dois dias de festa que se dividiam entre a igreja das Mercês e a Igreja de São Bento, onde ficava o São Benedito. (CAMPOS, 2016, p. 14)

As duas capelas onde eram realizadas as festividades religiosas possuem um valor significativo tanto para a história de Minas Gerais quanto para a história do Brasil. A Capela de Nossa Senhora das Mercês não possui uma datação precisa, mas foi construída por volta dos anos de 1750 a 1815. A sua construção se deu, provavelmente, logo após a criação da Irmandade das Mercês no local. Sua arquitetura segue um tipo tradicional de capelas das Minas setecentistas e oitocentistas.



Figura 1: Igreja Nossa Senhora das Mercês. Daniel Camargos. Fonte: Brasil de Fato 29/09/ 2016

A igreja de São Bento não possui uma arquitetura de estilo colonial. Porém, segundo relatos de alguns moradores, a igreja era uma igreja matriz que teve suas torres derrubadas após um incêndio provocado por um raio que danificou praticamente toda a igreja. Nesse período foi erguida outra igreja sem as torres principais (CAMPOS, 2016, p.15).

Após a destruição do território de Bento Rodrigues, todas essas manifestações foram alteradas. A perda tanto do território quanto da própria possibilidade de realização dos rituais acima citados gerou uma série de conflitos que culminaram na luta pela afirmação da identidade dos atingidos que se configura no resgate dessas tradições e no direito de estabelecerem esses ritos nos mesmos locais onde eram realizados, mesmo que sobre as ruínas. Esse assunto será tratado no terceiro capítulo.

Além das manifestações religiosas, Bento Rodrigues tinha uma dinâmica característica de uma vida no campo atrelada ao fato de pertencer a rota da Estrada Real, configurando assim a sua importância histórica. Por isso, era um importante ponto de passagem de turistas e romeiros. Esse caminho, antes utilizado por tropeiros, era parte da conhecida Estrada Real, importante rota do

período colonial que ligava essa região de exploração mineral ao litoral da cidade do Rio de Janeiro.

Por seu aspecto rural, as relações de vizinhança eram estabelecidas por um ciclo de afetividade situado as vezes pelo próprio grau de parentesco. Havia uma relação de confiança e com elas as crianças podiam brincar livremente pelas ruas, sem se preocuparem com carros e ou horários para voltarem pra casa, “a vida era mais tranquila, brincava mais solto” (BRAYAN, 2017, p.40). Nas palavras da criança atingida Flavio Eduardo “era um lugar simples, porém cheio de riquezas naturais e minerais. As pessoas levavam uma vida muito simples, mas era a vida deles e por isso davam muito valor.” (FLAVIO EDUARDO, 2017, p.12.). E acrescenta: “havia também igrejas, campos de futebol, quadra, policlínica, correio, escola e comércios, entre eles o bar e restaurante da Sandra.” (FLAVIO EDUARDO, 2017, p.16.)

O Bar e restaurante da Sandra, citado anteriormente, era uma importante referência para a comunidade de Bento Rodrigues. O Bar funcionava como um ponto de encontro e distração dos moradores. Nos finais de semana, pessoas da cidade de Mariana se reuniam para experimentar os pratos cozinhados por Sandra e, principalmente, a sua coxinha, uma iguaria muito conhecida na região. O Bar da Sandra ficava ao lado da Capela de São Bento e também possuía uma pousada onde recebia os turistas que percorriam a Estrada Real.



Figura 2: O bar, restaurante e pousada da Sandra. Foto: Raquel Freitas/G1



Figura 3: Sandra Quintão e suas famosas coxinhas. Foto: Raquel Freitas/G1

Além das coxinhas da Sandra, um dos grandes símbolos de Bento Rodrigues era, e ainda é, a geleia de pimenta biquinho. A geleia começou a ser produzida após a criação da Associação de Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues (AHOBERO) em 2002, pelas atingidas Geralda Alves, Keila Vardeli, Rosângela Sobreira, Marinalva Salgado, Neuza da Silva e Sônia Xisto<sup>7</sup>. De acordo com a atingida Keila, o excesso da pimenta levou ao desenvolvimento de testes de receitas chegando a produção da geleia, passando a ser o produto principal da Associação. Formadas só por mulheres, a associação vem reforçar a força feminina no campo, desenvolvendo toda a cadeia produtiva para a produção da geleia, plantando, colhendo e beneficiando a pimenta biquinho.<sup>6</sup> Antes da tragédia, a Associação contava com a parceria do Incubadora de Empreendimentos Sociais e Solidários (Incop) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Dessa parceria surgiu o projeto "Associação de Hortigranjeiros de Bento Rodrigues: do cultivo da pimenta biquinho agroecológica a produção da geleia artesanal", que concorreu e foi premiado na 15ª edição do Prêmio Santander Universidade Solidária. O projeto promoveu melhorias na gestão da associação, baseada na economia solidária, ajudando tanto no processo produtivo e mercado, quanto na regulamentação da associação. A implantação dessas melhorias contribuiu para que a associação expandisse o seu trabalho, chegando a realizar parcerias internacionais para exportação da geleia. No ano da tragédia, elas estavam inscritas em uma feira de alimentos na Alemanha. Após um tempo paradas devido a tragédia, retomaram as atividades na cidade de Mariana no ano de 2016<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Rede Minas. Cooperativa de Bento Rodrigues tem atividades suspensas. Rede Minas, 12 de novembro de 2015. Disponível em: <http://redeminas.tv/cooperativa-de-bento-rodrigues-tem-atividades-suspensas/>. Acesso em: 15/12/2020.

<sup>7</sup>CAMARGOS, Daniel. Mulheres de Bento Rodrigues preparam o retorno da geleia de pimenta biquinho. Estado de Minas, Belo Horizonte, 08 de março de 2016. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/08/interna\\_gerais,741516/mulheres-de-bento-rodrigues-preparam-o-retorno-da-geleia-de-pimenta-bi.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/08/interna_gerais,741516/mulheres-de-bento-rodrigues-preparam-o-retorno-da-geleia-de-pimenta-bi.shtml). Acesso em: 15/12/2020.



Figura 4: Associação dos Hortifrutigranjeiros de Bento Rodrigues (Ahobero). Foto: Kíria Ribeiro/Prefeitura de Mariana

A tragédia que se estabeleceu no subdistrito de Bento Rodrigues traz alguns elementos para pensarmos o alcance do desastre e o quanto ele pode afetar diretamente toda uma estrutura social estabelecida no território. A perda material do subdistrito de Bento Rodrigues é evidente. Mas, além disso, podemos perceber que a perda imaterial é imensurável. Rotinas, dinâmicas do dia a dia, tradições culturais, trabalhos, estilos de vida, relações das pessoas enquanto seres sociais, foram totalmente destruídas e não podem mais serem recuperadas.

As reconstruções pós-desastres são extremamente complexas e não se desenvolvem de acordo com as expectativas. A reconstrução em si está intimamente ligada ao desastre. O conceito de desastre surge então como um importante elemento para se pensar e entender como são sistematizadas e criadas ações vinculadas ao contexto de pós desastre. Nesse aspecto, parece figurar que a recuperação da memória coletiva, que traz em si a essência do pertencer a comunidade, poderá em certa medida garantir a reconstrução tanto do aspecto material, mas também a intangibilidade representativa da identidade de Bento Rodrigues.

Entendemos aqui que determinadas tragédias podem trazer ações específicas quando pensamos na reconstrução que se estabelece nos pós tragédia. Em alguns casos, esse processo de reconstrução pode nunca

acontecer, quando a tragédia em si não possui um responsável direto a ser culpado. Analisaremos um caso específico no segundo capítulo, abordando as relações entre tragédia, pensada na perspectiva do desastre, memória e patrimônio, para no terceiro capítulo tratarmos especificamente do caso de Bento Rodrigues.

## **CAPÍTULO 2 – ENTRE CATÁSTROFES E DESASTRES: VULNERABILIDADES E DIRETO A MEMORIA E AO PATRIMÔNIO**

Arthur Neslrovski e Márcio Seligmann, na obra “Catástrofe e Representação”, destacam que a palavra “catástrofe” é originária do grego e significa “virada para baixo” (*kata + strophé*) (NESLROVSKI, SELIGMANN, 2000, p.8). Acrescentam que outras traduções possíveis a aproximam da ideia de “desabamento” ou “desastre”. De uma maneira geral, a catástrofe é por definição um evento traumático, que afeta, transforma e, ao mesmo tempo, suplanta, trazendo em si um grande problema de “representação”. A representação está intimamente ligada a uma catástrofe. Conforme destaca Neslrovski e Seligmann, “sem catástrofe, não há o que representar” (NESLROVSKI, SELIGMANN, 2000, p.7). Da mesma forma que a catástrofe traz a luz essa ideia de representação, ela dificulta e impede, ao mesmo tempo, a representação (NESLROVSKI, SELIGMANN, 2000).

As catástrofes, pensadas aqui como a ideia de desastre, estão profundamente enraizadas na história humana, ligadas à ideologia e economia política das sociedades e, principalmente, nas relações humanas (OLIVER-SMITH, 2009). Um desastre é, então, fruto das formas como ecossistemas e grupos sociais relacionam-se entre si. Por isso, um desastre não está na natureza, e sim na relação que se tem com ela (OLIVER-SMITH, 1999). Grupos sociais, ao longo da trajetória humana, têm estabelecido uma relação de adaptação à natureza, ao mesmo tempo em que buscam formas de controle da mesma. Dessa maneira, o desastre é um fenômeno que se estabelece nessa relação humana com a natureza.

Se olharmos para as últimas décadas do século XXI, podemos apresentar um número significativo de desastres que ocorreram tanto em âmbito nacional quanto internacional. Destacamos o desastre que ocorreu em 26 de dezembro de 2004, em que um terremoto de 9.2 graus de intensidade no meio do Oceano Índico sacudiu o mundo inteiro. A força do tremor no norte de Sumatra, na Indonésia, provocou um tsunami gigantesco que varreu 13 países e matou 230

mil pessoas, o que se tornou a maior tragédia natural do século XXI<sup>8</sup>. Terremotos também ocorreram no Japão, como o sismo de 2011, que causou danos substanciais ao Japão, destruindo rodovias e linhas ferroviárias, causando incêndios em várias regiões e o rompimento de uma barragem. Mais 4,4 milhões de habitantes no nordeste do Japão ficaram sem energia elétrica e 1,4 milhão sem água<sup>9</sup>. Um ano antes do terremoto no Japão, ocorreu no dia 12 de janeiro de 2010 na cidade de Porto Príncipe, capital do Haiti, um terremoto que foi considerado o quinto mais grave da história. O desastre provocou a morte de mais de 300 mil pessoas e agravou as condições de miséria do país mais pobre das Américas, onde um milhão e meio de pessoas ficaram desabrigadas<sup>10</sup>.

Além dos terremotos, os grupos sociais lidam com uma série de desastres, como os furacões, erupções vulcânicas, tempestades, chuvas torrenciais etc. Mesmo as queimadas figuram como desastres, incidindo diretamente sobre os indivíduos, como o ocorrido na Austrália no ano de 2019, em que mais de 100 mil quilômetros quadrados foram consumidos pelo fogo. Tida como umas das piores queimadas das últimas décadas, matou pelo menos 27 pessoas e 1 bilhão de animais, destruiu 2 mil casas e obrigou dezenas de milhares de australianos a deixarem suas cidades<sup>11</sup>.

No Brasil, lidamos recorrentemente com uma série de desastres, como as secas no Nordeste, os deslizamentos causados pelas constantes chuvas, como a ocorrida no ano de 2011 na Região Serrana do estado do Rio de Janeiro, considerada a maior tragédia climática da história do país com um número de mortos de 506 pessoas, atingindo 4 cidades<sup>12</sup>. As secas ultrapassaram as fronteiras geográficas: no ano de 2005, o Brasil viveu, de forma inédita, secas

---

<sup>8</sup> Tsunami no final de 2004 matou 230 mil. G1, 23 de dezembro de 2018. Disponível em < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/12/23/tsunami-no-final-de-2004-matou-230-mil-veja-lista-dos-principais-desastres-no-mundo.ghtml> > Acesso em: 15/12/2020.

<sup>9</sup> Terremoto atinge costa do Japão, gera tsunami e mata ao menos 288. G1, 11 de março de 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/03/terremoto-atinge-costa-do-japao-gera-tsunami-e-mata-ao-menos-200.html>>. Acesso em :15/12/2015

<sup>10</sup> Agência Brasil. Terremoto que matou 300 mil no Haiti faz 10 anos. Exame, 12 de janeiro de 2020. Disponível em: < <https://exame.com/mundo/terremoto-que-matou-300-mil-no-haiti-faz-10-anos/>>. Acesso em:15/12/2020.

<sup>11</sup> Incêndios na Austrália afetaram quase 3 bilhões de animais.DW Made for minds, 28 de julho de 2020 .Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/inc%C3%AAndios-na-austr%C3%A1lia-afetaram-quase-3-bilh%C3%B5es-de-animais-afirma-estudo/a-54350188>> . Acesso em: 15/12/2020.

<sup>12</sup> Viana, Rodrigo. Tragédia na Região Serrana do RJ já deixa mais de 500 mortos. G1, 14 de janeiro de 2011. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/chuvas-no-rj/noticia/2011/01/tragedia-na-regiao-serrana-do-rj-ja-deixa-mais-de-500-mortos.html>> . Acesso em: 15/12/2020.

severas no Nordeste, na Amazônia e no Sul do Brasil (TADDEI & GAMBOGGI, 2010). Além desses desastres, ocorreram outros de cunho tecnológico, com destaque para os vazamentos de óleo, com grande impacto à vida e ao ecossistema brasileiro. Em 2010, um vazamento se deu na plataforma de processamento P-47, no campo de Marlim, na Bacia de Campos (próximo a Macaé, Rio de Janeiro). No ano seguinte, outro vazamento ocorreu, desta vez na plataforma da Chevron, igualmente na Bacia de Campos. Em 2013, houve vazamento em Bertioga, em São Paulo. No ano de 2019 tivemos um vazamento de petróleo que se espalhou pelos nove Estados do Nordeste e chegou ao litoral do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, no Sudeste<sup>13</sup>.

Os desastres aqui destacados estão relacionados a uma série de fatores que muitas vezes refletem a maneira como se dão as ações de reparação diante do estrago causado nas suas mais variadas formas. Assim como as desigualdades sociais e políticas delimitam os processos pelos quais os sujeitos são assistidos dentro de uma sociedade, da mesma forma essas distinções são características quando pensamos nas reparações pós desastres.

## **2.1. VULNERABILIDADE SOCIAL E REPARAÇÃO**

Os desastres, embora comumente sejam definidos unicamente em termos de fatores geradores de agentes naturais, tecnológicos e sociais, também são eventos que estão relacionados ao que Anthony Oliver-Smith vai chamar de “vulnerabilidade” (OLIVER-SMITH, 2009). O autor compreende a vulnerabilidade, dentro da perspectiva do desastre, como a característica de uma pessoa ou de um grupo, em termos da sua capacidade de antecipar, enfrentar, resistir e recuperar-se do impacto sofrido pelo desastre, seja ele natural ou tecnológico. Está relacionada a uma combinação de fatores que determinam o grau em que a vida e a sobrevivência do indivíduo é colocada em risco, por um evento que pode ser identificável, ou não, na natureza e na sociedade de uma maneira geral (OLIVER-SMITH, 2009).

A vulnerabilidade pode ser compreendida através de uma cadeia causal, cuja raiz provocadora se insere dentro de um sistema ideológico, social e

---

<sup>13</sup> Cordeiro, Felipe. Entenda o vazamento de petróleo nas praias do Nordeste e do Sudeste. Estadão . Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,entenda-o-vazamento-de-petroleo-em-praias-do-nordeste,70003026922>>. Acesso em :15/12/2020.

econômico, criando um conjunto específico de condições que, combinadas, levam ao risco natural e contribuem para a ocorrência do desastre. Nesse sentido, a sociedade é uma característica fundamental de um desastre, na medida em que condiciona o comportamento dos indivíduos e organizações em torno de uma série de adaptações que podem colocar esses grupos em perigo. O desastre envolve tanto o evento em si, quanto as suas consequências, que inclui o processo de reconstrução, ponto que interessa dentro dos estudos desenvolvidos nesta monografia.

Se um desastre causa uma série complexa de prejuízos, o processo de reconstrução também se estabelece de maneira igualmente complexa. Ele está diretamente relacionado ao estado de vulnerabilidade em que o sujeito se encontra diante da tragédia. Os processos associados à criação de vulnerabilidade, ao se relacionar com a reconstrução no contexto pós desastre, revelam de maneira significativa a relação direta estabelecida entre os desastres e o contexto político e social de uma região. Oliver-Smith aponta que o modelo de vulnerabilidade revela que as perdas de desastres são, em grande parte, consequências da ação humana. Tanto na sua prevenção, como na reconstrução, as condições que envolvem o desastre dizem respeito a condição social em que o sujeito se encontra.

A combinação do aumento populacional, a densidade populacional, o aumento da pobreza e ocupações em locais perigosos, são fatores que acentuam o risco de vulnerabilidade ao desastre, tanto natural quanto tecnológico, na medida em que os impactos são mais graves nos indivíduos que vivem nessas condições. Podemos tomar como exemplo os dois desastres citados anteriormente dos terremotos ocorridos no Japão e no Haiti, que demonstram realidade distintas em relação as consequências dos desastres. Enquanto no Japão teve um número pequeno de mortos, no Haiti, além do número elevado de mortes, contribuiu para o aumento da miséria no país.

A análise realizada anteriormente, pensada dentro da ideia de vulnerabilidade, oferece elementos essenciais para o propósito desse trabalho. Pensando o desastre na sua relação com a memória e identidade, permeando a ideia de territorialidade, o contexto político e social em que ocorrem determinados desastres revelam a maneira como os sujeitos lidam com o

contexto de pós desastre, principalmente na luta pelo direito à memória daquilo que foi destruído.

Como tratado anteriormente, recorrentemente vemos no mundo a ocorrência de desastres que transformam de maneira drástica uma comunidade, um espaço social e natural. Os desastres, sejam eles naturais ou criminosos, geram uma série de experiências que transformam o território e a natureza de quem o habita. As ruínas que se mantêm sobre esses espaços e a relação que os indivíduos estabelecem com o mesmo, torna possível a construção de reflexões sobre a relação dos lugares com os corpos, entendidos como sistemas sensíveis, marcados a partir da perspectiva da tragédia que se estabelece sobre o território. Isso permite afirmar que a experiência do lugar não é apenas física, mas também cultural, intelectual e emocional, possibilitando a construção de reflexões sobre como os lugares e os corpos entendidos como sistemas sensíveis interagem.

Se admitirmos aqui que os mecanismos de reparação no contexto pós desastres estão sujeitos às especificidades da forma como elas se estabelecem, sendo, em alguns casos, monopólio dos governos e, em outros, a sociedade civil articula estratégias próprias de reconciliação e transição, então observaríamos tensões e conflitos na própria natureza que envolve os processos de articulação ligados ao patrimônio na sua relação com a memória e a identidade. Com efeito, acreditamos que essa gama variada de modos de se relacionar com a memória está articulada com a definição de Paul Ricoeur acerca do testemunho como um ato de lembrança do agora, que dá significado ao passado, permitindo assim aos sujeitos sociais pensarem em outro *devoir* praticável a partir do “resgate” da tradição e das heranças até então recalçadas e ausentes da memória comum compartilhada (RICOEUR, 1990, p. 3). No entanto, não há como entender tais testemunhos se não ligarmos os enunciados com o tipo de historicidade específica de determinada tragédia. Ou seja, sobre como, em cada situação, um certo conceito de tragédia determina as formas como as vítimas são amparadas, como são estabelecidos os mecanismos de reparação ligados ao patrimônio destruído, o estabelecimento do elo de identidade dos indivíduos afetados e como os próprios indivíduos se organizam na luta pela manutenção da memória.

## 2.2 – TRAGÉDIA DE ARMERO: DESASTRE NATURAL E LUTA PELA MEMÓRIA E IDENTIDADE

Seja nos interesses políticos, nos discursos históricos, ou nos testemunhos populares, o que observamos são diferentes ações que delimitam os processos de luta pela memória. Destacamos aqui como exercício de comparação a catástrofe natural que sepultou a cidade de Armero, um município da Colômbia, localizado no departamento de Tolima. É um importante evento como ponto de partida para compreendermos como se estabelecem as lutas pela memória e como, em alguns casos, uma comunidade vê sua terra desaparecer, suas memórias serem sucumbidas devido às consequências da vulnerabilidade que se refletem na negligência por parte do Estado.

Armero foi vítima de uma tragédia natural devido ao deslizamento de terras causado pelo degelo do estratovulcão *Nevado del Ruiz* em 13 de novembro de 1985. A lama causou a maior tragédia natural da história da Colômbia, soterrando por completo o município, deixando mais de 23.000 pessoas mortas e outras 28.282 desabrigadas e desamparadas (HUERTAS, 1990; SARASTY, MOLINA, MOLINA, DIEB, 2018; GARCIA, GOMES, 2018).



Figura 5: Cidade de Armero antes da tragédia. Fonte: Emancipacion. 30 Años de la tragédia anunciada de Armero que eu gobierno de Belisario no quiso evitar. 08/11/2015

A tragédia de Armero trouxe a luz que após o desastre que resulta em morte e destruição, aparece uma outra forma de tragédia, ligada aos sobreviventes e aos lugares afetados (GRANADA, 2016). Representa a ruptura com o passado não somente no aspecto material, mas uma multiplicidade de problemas no que diz respeito a fratura familiar, social e mental. A ruptura dos sistemas de relações, assim como do entorno físico material. Sepultou imaginários, espaços simbólicos, deslocando as referências de produção simbólica que os indivíduos tinham como elemento central na constituição do seu referencial de identidade.



Figura 6: Cidade de Armero destruída após o desastre. Fonte: A Semana, La ciudad perdida. 11/13/2018

Face à tragédia, que muitos destacam a causa como negligência por parte do Estado<sup>14</sup>, as vítimas se encontraram em situação de abandono a partir do momento em que o Estado teve a sua responsabilidade anulada pelo Tribunal Administrativo de Tolima. O tribunal negou as pretensões de reparação direta impetrada com a finalidade de obter reparação dos danos causados pela irresponsabilidade do Estado, decretando que a tragédia se tratava de um evento

---

<sup>14</sup> A erupção coincidiu com um período muito crítico da política colombiana, em que o grupo de guerrilheiros M19 invadiu o Palácio da Justiça colombiano no dia 6 de novembro de 1985 tomando como reféns dezenas de juizes do Supremo Tribunal e advogados. Determinados a esmagar os guerrilheiros a qualquer preço, o governo colombiano voltou as suas atenções para este conflito, não alertando a população de Armero que o vulcão havia entrado em erupção, sendo que o vulcão demorou quase duas horas para chegar à cidade de Armero. Além disso, o Serviço Geológico Colombiano já alertava desde o ano de 1984 que o vulcão mostrava indícios e reativação e o governo colombiano nada fez a respeito para preparar a população de Armero para um possível desastre natural (SANCHEZ, 2015).

de força maior, impossível de prever (AVILA PEREZ, VAQUIRO BENITEZ, 2018). Sem uma política de reparação por parte do Estado, as vítimas contaram com apoios de ONGs, sendo alojadas em albergues transitórios (barracas e escolas) em mais de 10 cidades diferentes. Outros resolveram o problema por conta própria, alojando-se em casas de familiares e amigos dispersos em mais de 20 cidades, com destaque para cidade de Bogotá (HUERTAS, 1990).

A tragédia representou a ruptura do tecido social, e o que sucede na emergência é como se dará a reconstrução de uma comunidade, como recuperar a vida cotidiana pós trauma coletivo. Quem decide quais são os critérios para o processo de adaptação e construção da comunidade sobrevivente desmembrada e dispersa de seu local de origem? O que acontece então na emergência é pensar a reconstrução de uma comunidade, como recuperar a vida cotidiana após um trauma coletivo. E o que acontece legalmente com os desaparecidos, com as propriedades, com os laços criados, com o espaço público e com o patrimônio?

A maioria dos sobreviventes da tragédia nunca perderam a esperança de voltarem a viver em seu lugar, nas raízes de suas terras e próximos dos entes familiares mortos. De fato, a cidade de Armero nunca voltou a ser reconstruída, alguns poucos sobreviventes se estabeleceram a poucos quilômetros do local da tragédia, em uma cidade que agora se chama Armero-Guayabal (BÁCARES JARA, 2012, p. 78). O que se estabeleceu diante da tragédia foi uma luta pela manutenção da memória da cidade, daquilo que se configurou enquanto identidade de uma população. Podemos considerar que o primeiro passo desse processo foi a visita realizada pelo papa João Paulo II no dia 06 de julho de 1986 as ruínas de Armero, declarando o local *camposanto*<sup>15</sup>, local onde os sobreviventes construíram tumbas onde antes eram suas casas, em honra aos mortos, no sentido de reconstruir simbolicamente a cidade. Além disso, como emblema cerimonial anual para lembrar a tragédia, todo 13 de novembro, desde 1986, um helicóptero da polícia nacional realiza um voo sobre os restos visíveis da cidade de Armero, lançando pétalas sobre as ruínas, conhecido como *lluvia de flores* (GRANADA, 2016). Conforme destaca Lorenzo Granada, a

---

<sup>15</sup> Segundo definição do dicionário Aurélio, campo-santo é definido como um terreno em que se enterram ou depositam os mortos e/ou lugar onde morreu um número elevado de pessoas.

comunidade, diante da impossibilidade de homenagear cada pessoa sepultada em Armero, honra a sua memória com flores derramadas sobre as ruínas da cidade. Esse ritual permite o encontro de grupos heterogêneos, estabelecendo um diálogo em torno do cotidiano intermediado pelo passado e presente. (GRANADA, 2016, p. 86)

Armero tende a desaparecer não somente pela tragédia ocorrida se não pelo esquecimento da cultura local. É necessária uma estruturação de vários componentes, gestão de projetos e desenvolvimentos de tramites para o “resgate” do patrimônio cultural imaterial da cidade e sua posterior articulação e salvaguarda. Se o Estado se absteve nas políticas de reparação, de igual maneira agiu em relação a criação de instituições ou projetos que mantivessem vivas as memórias de Armero e da tragédia. Por isso, uma série de ações são desenvolvidas por diversos setores da sociedade para “resgatar” e manter viva a memória da comunidade.

Diante da ausência do Estado, essas ações foram realizadas pelas próprias vítimas, como é o caso da criação do *Museo Memorial de Armero*, idealizado por Jaime Guzmán, criador e guia do museu. Segundo Guzmán, o museu surgiu “*para que la historia de nuestro Armero no se pierda en el tiempo ni en el olvido, en las generaciones presentes y en las futuras*”. Em 2018, foi criado o projeto “*¡Aquí nací, aquí me quedo!*” pelo *Museo de Memoria Histórica de Colombia*, cujo propósito é reconstruir a memória viva da cidade de Armero a partir dos relatos e histórias das pessoas que habitaram a cidade. Embora existam essas pequenas iniciativas, o que se configura é um total abandono da memória de Armero, como destaca Claudia Montilha:

Não há (em Armero), como se esperava, um centro de memória, um museu histórico, um guia verdadeiro. Não há centro para estudos vulcânicos ou uma coleção de informações sobre o Neve de Ruiz, sobre o que aconteceu no rio Lagunilla na noite de 13 de novembro de 1985, ou sobre a história de todas as famílias que desapareceram. (Tradução nossa).<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> MONTILHA, Claudia. Una visita a Armero. Uniandes. Disponível em : <https://cerosetenta.uniandes.edu.co/una-visita-a-armero/> . Acesso em: 22/01/2020.

Passado mais de 30 anos da tragédia, os Armeritas ainda vivem a recordação de seus familiares que perderam e órfãos de não se sentirem de nenhum lugar. Como destaca Jaime Guzmán,

Depois da tragédia viria uma mais devastadora que ainda não recuperamos: o sentimento de não ter pátria, de pertencer a um lugar que não existe mais. Um lugar que depois de estar à mercê da lama quente, 30 anos atrás, cedeu ao frio da solidão, ao frio da morte (tradução nossa)<sup>17</sup>.

O caso de Armero demonstra que é necessária a constante recordação do que sucedeu no lugar. Os eventos comemorados nas ruínas buscam trazer a luz a tragédia através das vozes dos sobreviventes. Demonstra ser a única maneira de se honrar a memória do lugar, das vítimas que ali estão soterradas.



Figura7: Grupo de turistas visita casas em ruínas da localidade de Armero, no departamento de Tolima. Foto: Luis Acosta (AFP)- 13/11/2015.

A tragédia de Armero traz algumas reflexões que são importantes para o propósito desta monografia. Demonstra como a ruptura com o espaço faz surgir uma luta pela memória, mesmo que ocorra a total destruição de todo o patrimônio que caracterizava toda a estrutura social de uma comunidade.

Diante da ausência de reparação, as vítimas não puderam se organizar no sentido de estabelecerem uma nova tessitura social, determinado também

---

<sup>17</sup> Armero. El País. Disponível em: <https://www.elpais.com.co/especiales/tragedia-de-armero/> . Acesso em: 22/01/2020.

pelo grande número de habitantes que se encontraram desabrigados e dispersos. A relação com o patrimônio perdido só se estabelece por meio dos rituais estabelecidos pelos eventos comemorativos ligados à tragédia. A memória de Armero se encontra dispersa e a estrutura social que vinculava todos esses moradores, ao que parece, jamais voltarão a acontecer.

Tomamos a tragédia de Armero como ponto inicial para abordamos um evento que se estabeleceu de igual maneira em Bento Rodrigues. Embora não na mesma magnitude e por razões distintas, permite vislumbrar outras ações dentro do contexto pós desastre. Alguns dos mesmos dilemas vistos na tragédia de Armero se repetem. Porém, as ações de reparação se dão de maneira a permitir que as vítimas estabeleçam um engajamento maior na proteção da memória e da identidade justamente por estarem enquadradas dentro da ideia de “atingidos” e do desastre vinculado ao crime.

Voltando as discussões apresentadas inicialmente neste capítulo, vemos que o olhar sobre a tragédia é carregado pela representação que os indivíduos estabelecem sobre a mesma. Conforme destaca Neslrovski e Seligmann, catástrofe, trauma e memória traduzem-se uns aos outros não se deixando capturar pelo pensamento e nem pelo discurso. O que se destaca são fragmentos, ou “cacos de uma memória esmagada pela força de ocorrência que não chegam nunca a se cristalizar em compreensão ou lembrança.” (NESLROVSKI, SELIGMANN, 2000, p.10).

A representação sobre a tragédia é carregada de elementos que se estabelecem como mecanismos de resistência e luta pelo direito à memória e afirmação da identidade. Tal perspectiva guiará a análise realizada no terceiro capítulo, buscando compreender as representações que os atingidos de Bento Rodrigues fazem da tragédia e de suas histórias, e de maneira se refletem nas lutas pelo direito à memória e ao patrimônio destruído.

## **CAPÍTULO 3 – BENTO RODRIGUES: O PATRIMÔNIO COMO MECANISMO DE RESISTÊNCIA NO CONTEXTO PÓS DESASTRE**

### **3.1- USOS E SENTIDOS DO PATRIMÔNIO NA MANUTENÇÃO DA IDENTIDADE**

Os patrimônios, conforme destaca Reginaldo Gonçalves (2015), nas suas mais variadas formas de categorias, se constituem como expressão e representação das identidades de grupos e segmentos sociais (GONÇALVES, 2015, p.213). A arquitetura, os modos de fazer, as festas, as produções artesanais, as expressões musicais, as paisagens, são identificadas como “patrimônio cultural” a partir do seu reconhecimento por um grupo, afirmando as identidades. Nessa perspectiva, “defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público desse patrimônio, significa lutar pela própria existência e permanência social e cultural do grupo” (GONÇALVES, 2015, p.213).

Ao nos debruçarmos sobre a fala dos atingidos, notamos como ponto central as observações apresentadas por Reginaldo Gonçalves. Elas expressam uma relação com o patrimônio que definem suas identidades, e a luta pelo reconhecimento do patrimônio destruído pela lama significa lutar pela própria existência e por sua história. A defesa do patrimônio diz respeito à defesa de suas identidades. Esta é mantida pela memória do espaço e pela luta na celebração de eventos que ocorriam no território destruído. O despertar para essa identidade e para esse patrimônio, em certa medida, foi causado pela sensação de perda após o desastre. Isso é ressaltado pelos atingidos Antônio Dalua, Genival Pascoal e Lucimar Muniz, ao destacarem que “é curioso como o rompimento da barragem nos trouxe certos entendimentos, e com eles passamos a valorizar ainda mais o que sempre nos pertenceu, mas não dávamos o devido valor.” (DALUA; PASCOAL; MUNIZ, 2017, p. 6). Houve o que Reginaldo Gonçalves chama de “consciência de identidade” (GONÇALVES, 2015), na medida em que a partir desse sentimento de perda passaram a se organizarem para defenderem sua cultura e a manutenção do território de Bento Rodrigues, para que ali pudessem ainda estabelecer uma relação de afetividade.

Os atingidos passam a “repovoar o patrimônio”, a partir do momento em que buscam falar sobre ele, reintroduzindo os seus protagonismos (MENESES, 2017, p. 41). O patrimônio é então compreendido dentro de um processo cultural

que envolve atos de recordações que trabalham para criar maneiras de entender e se engajar no presente (SMITH, 2006, p. 44). Nessa ordem, os locais e os ritos são ferramentas culturais determinantes para a afirmação das identidades. A perda desses referenciais sugere um vazio quanto ao lugar do sujeito no mundo.

Essa percepção pode ser observada na relação que os atingidos mantinham com o padroeiro do subdistrito, São Bento. No primeiro ano após o rompimento da barragem, a realização da festa em homenagem ao padroeiro foi marcada pelo vazio de se realizar a cerimônia em um território do qual os atingidos não se sentem pertencentes. A atingida Monica dos Santos destaca esse sentimento,

Por termos perdido todas as nossas referências, principalmente a nossa Capela, a imagem de São Bento e tudo mais, pedimos a Deus coragem para prosseguir e celebramos com muita fé em uma capela emprestada, tomamos as ruas que não eram as nossas com uma imagem doada por irmãos de outra comunidade (SANTOS, 2016, p.13).

A fala da atingida traz a luz um problema que é pensar como esses moradores, ligados a uma tradição religiosa, irão estabelecer os ritos religiosos, sendo que todas as referências foram perdidas, as imagens dos santos, as igrejas, os percursos. Realizar esse rito com aquilo que lhes foi emprestado, que não diz respeito à comunidade, em uma rua que não é deles, desperta nos atingidos um senso de pertencimento do território que desdobra no sentimento de levar esses ritos para as ruínas destruídas pela lama. Embora a comunidade de Bento Rodrigues esteja sob ruínas, ainda é o espaço onde os atingidos se sentem pertencentes e, por isso, os ritos religiosos mantêm a sua aura ligada à identidade dos mesmos se realizadas no local de origem.

Tal sentimento fez com que os moradores se engajassem na luta para que as festas religiosas fossem realizadas nos mesmos espaços em que eram realizadas antes da tragédia. Desta forma, no ano de 2016, além da festa realizada em Mariana, os atingidos realizaram também, no dia 30 de julho, a festa de São Bento no território de Bento Rodrigues, com procissão, celebração, queima de fogos e hasteamento da bandeira do padroeiro. Na fala da atingida Lucimar Muniz, “a festa de São Bento, celebrada em Bento Rodrigues, foi um momento importante na nossa luta pelo direito a propriedade” (MUNIZ, 2016, p.13).

O relato feito pela atingida Lucimar Muniz destaca a relação que os atingidos mantêm com o território perdido. Manter os rituais no espaço destruído é uma maneira de demonstrar que aquele território, apesar de destruído, ainda pertence aos atingidos. Dessa maneira, desde o rompimento da barragem, a festa do padroeiro é realizada sobre as ruínas. A fala da atingida Simária Quintão reforça como os usos do patrimônio para a manutenção da memória serve como mecanismo de resistência para que a história e a memória do território destruído não se percam, justamente pela relação que os moradores mantêm com o local,

Não queremos que este lugar morra. A gente vai ter um Bento Rodrigues lá, mas o Bento Rodrigues não vai nascer do nada, ele já existia e existe. Somos uma comunidade antiga e queremos manter as nossas tradições, as nossas festas aqui. Nunca perdemos este lugar. Aqui é a nossa história de vida, nós nascemos e fomos criados neste lugar.<sup>18</sup>

Laurajane Smith (2006), ao tratar dos usos do patrimônio, demonstra que o patrimônio pode ser entendido como uma importante ferramenta política e cultural na definição e legitimação da identidade por parte de determinado grupo. Citando Brett, argumenta que indivíduos e comunidades são forçados a se articularem e recuperarem um sentido do passado, afirmando e/ou renegociando um senso de *habitus* (BRETT *apud* SMITH, 2006, p. 49). O uso do patrimônio é essencial nesse processo, principalmente quando se trata de um patrimônio perdido, mas que ainda se configura como representação única da identidade de determinado grupo, como é o caso dos atingidos de Bento Rodrigues. Destarte, não só a ocupação do espaço destruído para manter os ritos religiosos se torna uma ferramenta de recuperação do sentido desse passado que se perdeu, mas também envolve outras ligações afetivas com o espaço determinado pela noção de territorialidade que o patrimônio ocupa.

Como a área atingida pela lama é agora administrada pela Samarco, a luta entre os moradores para terem o direito de manterem a sua relação com o espaço é constante. Assim como a própria realização da festa de São Bento, os atingidos buscam também manterem outros ritos com o território, como o do sepultamento. O falecimento do primeiro atingido após o desastre levantou debates e exigências por parte dos atingidos de terem o direito de sepultarem os

---

<sup>18</sup> Disponível em: <https://arqmariana.com.br/noticia/1876/atingidos-celebram-a-festa-de-sao-bento-em-bento-rodrigues> . Acesso em: 03/09/2019.

moradores no espaço no qual viveram toda sua vida. Para a atingida Lucimar Muniz, “a festa de São Bento e o sepultamento no território de Bento Rodrigues são formas de continuar uma tradição e de mostrar a quem pertence aquele chão e o que deve ser feito dele.” (MUNIZ, 2016, p. 13)



Figura 8: Procissão segue pelas ruínas de Bento Rodrigues para celebrar o dia de Nossa Senhora das Mercês.  
Foto: Alexandre Guzanshe

As ruínas de Bento Rodrigues se converteram em “lugares de memória”. A memória é revivida e ritualizada na tentativa de trazer a vida a lembrança cujo meio de acesso se estabelece pela ritualização de uma memória/história, que investe o “lugar de memória” de uma aura simbólica (NORA, 1993, p. 15), que, como foi destacado, não se realiza em outro território, se não nas próprias ruínas do subdistrito destruído.

Conforme indica Maurice Halbwachs (1990), no retorno aos lugares nos quais estivemos anteriormente, aquilo que percebemos contribui na reconstrução de um quadro de memória (WALBWACHS, 1990, p. 25). O que apreendemos dessa lembrança a partir da ritualização com esses “lugares de memória” é a adaptação de nossas percepções atuais a uma memória passada. No caso de Bento Rodrigues, esse “lugar” está completamente destruído. Nessa lógica, parece que a reconstituição de um quadro de lembrança se estabelece na restituição de uma identidade que se perdeu na destruição dos objetos

materiais e imateriais, que servem como aparato de gatilho de uma memória que reforça as identidades. As antigas lembranças, ao se adaptarem as percepções atuais, configuram uma forma de manter viva uma lembrança vivida que foi destruída.

As lembranças vão se constituindo a partir da relação que os moradores estabeleciam com o patrimônio nas suas mais diversas categorias. Para Marinalva Salgado, aquelas emergem a partir da relação afetiva com a natureza: "A gente tinha vários pés. Era acerola, limão doce, jabuticaba, pitanga, (...) eu adorava subir no pé de jabuticaba, porque gostoso é subir no pé e panhar a fruta. Agora, a gente tem que comprar, mas não tem o mesmo sabor (...)" (SALGADO, 2018, p. 4).

As lembranças emergem destacando os aspectos materiais da comunidade: "Tínhamos diversos muros de pedra seca no entorno da Igreja de São Bento, que seguiam por suas ruas, becos e fundos de quintais. São muros que fizeram parte da história de muitas gerações. Estavam ali sempre firmes, até que a lama passou (...)" (DALUA; PASCOAL; MUNIZ, 2017, p. 13).

Cada elemento de lembrança individual vai ajudando a reconstruir uma memória coletiva. A reconstrução opera a partir de dados ou noções comuns que se encontram no espírito dos atingidos<sup>19</sup>. As memórias passam de um indivíduo para o outro, de maneira recíproca, sendo possível essa troca porque são membros de uma mesma comunidade, fazendo com que essas lembranças possam ser ao mesmo tempo reconhecidas e reconstruídas (HALBWACH, 1991, p. 34). Nas memórias, outras memórias e personagens vão se inserindo.

A galinhada e o feijão português. Feijão vermelho não leva porco, só carne de boi e linguiça. minha irmã Terezinha que fazia, mas foi Maria que ensinou. Teve uma vez numa virada de ano diferente. mesa na rua: dona Ducha traz o macarrão, dona Cema traz o que puder trazer. Cada um traz prato de casa (SANDRA QUINTAO, 2016, P 8).

É importante destacar que abordamos a musealização nesse estudo dentro da definição estabelecida por Stransky, que a definiu como

"[...] uma expressão da tendência humana universal de preservar, contra a mudança e a

---

<sup>19</sup>Espírito" aqui é entendido no sentido metafísico para se referir à consciência ou personalidade.

degradação naturais, os elementos da realidade objetiva que representam os valores culturais que o homem, enquanto ser cultural, tem a necessidade de conservar de acordo com seu próprio interesse.” (SOARES *apud* STRANSKÝ, 2017, P. 146)

Essa definição permite entender que o patrimônio destruído pela lama é musealizado pelos atingidos, na medida em que os grupos passam a conferir aos objetos reais, ou idealizados, um estatuto particular que os tornam representativos de suas identidades, tornando-se assim elementos operacionais na construção de uma identidade no tempo, ao mesmo tempo que estabelece essa distinção com o “outro” (DAVALLON, 2012, p. 41), configurado como aqueles moradores da cidade de Mariana. Conforme destaca Joel Candau, “as representações do patrimônio como bens compartilhados no interior de um grupo particular e como expressão de uma comunidade específica, conduz, muito facilmente, a tentativas de naturalização da cultura, num esforço de enraizamento na “terra natal”. (CANDAU, 2012, p. 161). A conservação dos vestígios, relíquias, testemunhos, impressões, servem como reservatório para alimentar as histórias que se constroem a respeito do passado e dão essa “ilusão de continuidade” (CADAU, 2012, p. 159), “ilusão” essa que se estabelece mesmo no território deslocado em que se encontram os atingidos pela lama.

### **3.2- EMOÇÕES PATRIMONIAIS: ATOS DE RECORDAÇÃO COMO MECANISMOS DE RESISTÊNCIA**

No processo de reconstituição da memória na relação estabelecida com o patrimônio destruído, é possível perceber um fenômeno que Daniel Fabre (2013) vai conceituar como “emoções patrimoniais”. Uma emoção que sempre toma conta, perturba, transborda nas estruturas do pensamento e da ação patrimonial (FABRE, 2013, p. 21). Para Nathalie Heinich (2013), a emoção parece quase que inseparável da experiência patrimonial. Percebemos que a emoção nos atingidos torna-se mais manifesta quando essa experiência patrimonial é estabelecida de maneira direta com as ruínas da comunidade de Bento Rodrigues.

A emoção fez com que os atingidos exigissem a participação nos processos de escavações arqueológicas que ocorrem sobre a lama que soterrou o subdistrito. Nesse processo de descoberta, as emoções são constantemente

avivadas. Pequenos bancos que estavam soterrados trazem, de maneira instantânea, a emoção despertada pela experiência patrimonial, como o caso experimentado pela atingida Maria, que se emocionou ao encontrar um banco que costumava sentar desde criança: “Era o que minha mãe mais queria achar: os bancos de pedra. Foi emocionante! Uma outra vez escavamos no lugar que eles estavam, mas foi em vão. A cada pedra que achávamos que eram os bancos, ela chorava. Foi lindo.”(MARIA, 2017, p. 7).

As emoções se manifestam não somente na descoberta dos objetos em si, mas na própria experiência de estar sobre as ruínas da comunidade de Bento Rodrigues. Devido a não ruptura dos laços afetivos com o território, o espaço ainda permanece como ativador das emoções, que se situa na relação que os atingidos estabelecem com as memórias coletivas sobre a comunidade. Parte dessa memória fez com que o casal Marquinhos Muniz e Marinalda Muniz realizassem, no ano de 2017, a comemoração de suas Bodas de Pratas na mesma igreja onde se casaram há 25 anos. Nos seus discursos sobre a celebração, afloram as emoções despertadas pela relação com o objeto patrimonial: “Vivemos a emoção de celebrar as bodas na simplicidade do nosso povoado Bento Rodrigues. Foi nas ruínas da Igreja São Bento, celebração realizada pelo Padre Armando Godinho, e ao lado dos nossos parentes e dos verdadeiros amigos. (MARINALDA, 2018, p. 9). Nas palavras de Marquinhos, “Aquele lugar, principalmente a Igreja, pra gente é muito valioso. Foi ali que começamos a aprender as coisas. Depois do rompimento da barragem, eu pensei: “perdi a Igreja, esse espaço”; mas hoje em dia eu penso que é muito importante ter celebrado ali, nas ruínas mesmo, no Bento” (MARQUINHOS, 2018, p.).



Figura 9: Marquinhos Muniz e Marinalda Ruiz junto aos convidados na comemoração das bodas de prata realizada nas ruínas da Igreja de São Bento. Foto: Lucas de Godoy (2018).

Um das categorias de emoções patrimoniais estão relacionadas com o valor de presença das pessoas e a partir dela, no contato com determinados objetos. A sensação de presença traz a emoção que vem do sentimento de insubstituibilidade do objeto na conexão com as pessoas que mantêm uma relação de afetividade com este (HEINICH, 2013, 203). Essa presença se faz constante na relação que os atingidos mantêm com as ruínas de Bento Rodrigues, porque é somente a partir desta conexão que eles se sentem ligados a uma identidade única que os definem enquanto membros da comunidade.

A categoria de emoção patrimonial, a partir da relação de presença com o objeto, no caso das ruínas de Bento Rodrigues, traz à luz as motivações para a criação do grupo denominado “Loucos por Bentos”. O grupo surge como tentativa dos atingidos de ressignificarem o espaço destruído, ao mesmo tempo em que reforçam os laços de afetividades com o local. O grupo surge com o objetivo de se reunir nos fins de semanas, acampar nas ruínas de Bento Rodrigues e de lá reviverem um pouco de sua história, realizarem as comemorações que antes faziam parte do cotidiano de cada morador. O depoimento da atingida Maria Quintão destaca a importância desse grupo e do quanto as emoções afloram a partir do contato com o patrimônio identitário dos atingidos:

Sempre que possível, vamos pra lá [Bento] tentando resgatar não as coisas materiais, mas as nossas vidas. Combinamos as nossas ações e sempre nos reunimos nos finais de semana. Das casas que a lama desarrumou, já arrumamos duas. Colocamos portas e janelas naquilo que se tornou o nosso refúgio. A festa de São Bento, de Nossa Senhora das Mercês, o Réveillon, o Carnaval, a Semana Santa, a nossa festa junina, são atos que conseguimos realizar e que nos fizeram nos sentir em casa. Lá, extravasamos o sentimento que fica guardado dentro de

nós. Temos, desde o início, o intuito de lutar pela manutenção de nossas tradições e pela recuperação de nossas memórias, que, mesmo soterradas pela lama, são nossas. E também queremos mostrar para o mundo o quanto amamos aquele lugar, onde nascemos e passamos a maior parte das nossas vidas, e que não estamos dispostos a abrir mão dele. Estamos apenas resistindo porque essa luta nos fortalece. Juntos, o nosso grupo “Loucos pelo Bento” pretende vencer com a ajuda de Deus, pois a nossa fé é o que nos dá força (MARIA QUINTÃO, 2017, p. 5).

A fala da atingida Maria Quintão demonstra a importância das emoções patrimoniais na luta para a preservação não só das tradições, mas do próprio espaço, porque é a partir dele que os atingidos mantêm uma relação viva com a memória da comunidade. Embora a emoção patrimonial, quando manifestada, seja entendida naturalmente de maneira positiva, ela também possui um caráter negativo, segundo Nathalie Heinich. Para a autora, essas emoções são essencialmente defensivas, aquelas que visam manter viva determinado objeto que se encontra passível de destruição. Essas ações emocionais pressionam por uma ação, principalmente quando existe um culpado que pode ser designado como o motivador da destruição desse objeto patrimonial (HEINICH, 2013, p. 200). A mistura de lamentações e acusações é o princípio de mobilizações no sentido de proteger determinado bem de sua completa destruição.

A ideia negativa da emoção patrimonial na defesa do patrimônio expressa uma destacada articulação dos atingidos de Bento Rodrigues na proteção daquilo que restou da comunidade. Isso porque, no ano de 2016, a mineradora Samarco afirma ser necessária a construção de um dique para evitar o carreamento de rejeitos de mineração da Barragem do Fundão e outros problemas no período chuvoso<sup>20</sup>. A justificativa é que com o dique, os impactos dos rejeitos que ainda se mantiveram na Barragem do Fundão seriam reduzidos. Porém, a construção desse dique acarretaria no alagamento de parte das ruínas de Bento Rodrigues, o que gerou o descontentamento dos atingidos que se mobilizaram para evitar que mais uma vez parte de suas memórias fossem soterradas. Para os atingidos, o alagamento das ruínas seria uma forma de

---

<sup>20</sup> Segundo a Samarco, a construção do dique S4 integraria o “sistema emergencial de retenção de sedimentos composto pelos diques S1, S2 e S3, além das barragens Eixo 1 de Fundão e Nova Santarém. Ele será feito por um alteamento com pedras construído, em recuo já existente um pouco abaixo de Bento Rodrigues, e ampliará a chamada área de clareação dos rejeitos. Isso evitará, na avaliação da mineradora, que a poluição volte a atingir o Rio Gualaxo e, consequentemente, o Rio Doce.” Disponível em : <[https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/09/21/interna\\_gerais.806338/governo-libera-construcao-de-novo-dique-da-samarco-em-mariana.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/09/21/interna_gerais.806338/governo-libera-construcao-de-novo-dique-da-samarco-em-mariana.shtml)>. Acessado no dia 17/09/2020

apagar não somente a memória dos atingidos, mas também a própria memória da tragédia. A mobilização se estabeleceu no sentido de perceber outras dinâmicas de proteção do patrimônio, no caso em específico, de recorrer a proteção oficial que evitasse o alagamento. O tombamento do subdistrito surge como a única maneira de evitar a destruição completa do território, o que engaja os atingidos a realizarem um abaixo-assinado para que o local fosse tombado no âmbito municipal. Tomam consciência da importância do tombamento e da representatividade do espaço para não se esquecer da tragédia.

Essas ruas que sobraram serviram de rota para quem teve de correr e não ser levado pela lama. Essas casas que sobraram serviram de abrigo para passarmos a última noite. Elas são essenciais para manutenção da nossa memória como comunidade, pois também contam o fato ocorrido no dia do rompimento (ANTONIO GERALDO, 2017, p. 19).

Para Genival Pascoal,

O tombamento vai fazer com que tudo aquilo que a gente viveu um dia não seja apagado de nossa memória. Sabemos das dificuldades que vamos enfrentar para conseguir o tombamento, mas depois que conseguir, vai ser melhor porque não vamos precisar ficar com aquela preocupação da empresa destruir tudo aquilo que sobrou (GENIVAL PASCOAL, 2017, p. 25).

A mobilização ocasiona a realização de uma audiência pública realizada no dia 19 de abril de 2016, em que o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Mariana (Compat), após ouvir os moradores de Bento Rodrigues, confirmou que daria início ao processo de tombamento das comunidades atingidas pela Barragem do Fundão<sup>21</sup>. O processo se estendeu por longos meses, sem nenhum resultado efetivo. Somente no ano de 2018, o tombamento estadual da Capela de Nossa Senhora das Mercês foi aprovado pela Deliberação CONEP 19/2018, de 17 de outubro de 2018, e inscrito nos Livros do Tombo II – de Belas Artes –

---

<sup>21</sup> SILVA. João. Igreja de Bento Rodrigues, distrito de Mariana, é tombada pelo IEPHA de Minas Gerais. *Jornal Voz Ativa*, 19 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/conselho-do-patrim%C3%B4nio-de-mariana-decide-pelo-tombamento-de-bento-rodrigues-e-paracatu-de-baixo-1.378031/>. Acessado em: 03/09/2020.

e III – Histórico, das obras de Arte Históricas e dos Documentos Paleográficos ou Bibliográficos<sup>22</sup>.

Em relação ao tombamento municipal, nada foi efetivado, ainda se encontra em processo de avaliação, devido à complexidade que envolve o tombamento de um distrito inteiro, o que requer muita discussão<sup>23</sup>. Porém, essa mobilização levantou outra questão no que diz respeito ao que será feito das ruínas de Bento Rodrigues. Os atingidos serão reassentados em um novo espaço, no que hoje é chamado de “Novo Bento”. Mas as novas propriedades não tiram o direito dos atingidos sobre as antigas, que hoje são apenas ruínas. Ou seja, os próprios atingidos é que devem decidir qual será o destino dado a elas. Nesse debate, entra em discussão a necessidade de se preservar a memória do distrito e do próprio rompimento da barragem que levou a sua completa destruição. As discussões que se estabeleceram desde a mobilização para o tombamento da comunidade é que se tornasse um centro de memória, ou museu de território<sup>24</sup>. Nada foi concretizado quanto ao destino que será dado as ruínas. A mobilização fez com que somente parte do distrito fosse inundado pelo dique S4, preservando as ruínas, única forma de contato dos atingidos com os objetos cuja emoção patrimonial despertada reforçou a luta na preservação desse espaço.

### **3.3- O ‘NOVO BENTO’: TEMPO, MEMÓRIA E APROXIMAÇÕES COM O PASSADO**

No processo de deslocamento causado pelo rompimento da barragem, em meio a reparação da tragédia, os atingidos tomaram consciência de que seriam reassentados em uma outra localidade, cujo espaço, como foi dito, é denominado de “Novo Bento”. Diante dessa ideia do “novo”, o que se destaca é como os atingidos lidam temporalmente com o passado, na dinâmica que envolve pensar como será estruturado esse futuro. Nessa lógica, o passado, nos

---

<sup>22</sup> Disponível em : <<http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultural-protetido/bens-tombados/details/1/145/bens-tombados-capela-de-nossa-senhora-das-mercês>>. Acessado em: 03/09/2020.

<sup>23</sup> NASSIF, Lourdes. Moradores decidirão futuro de distritos atingidos pela lama em Mariana. Jornal GGN, 05 de maio de 2016. Disponível em : <<https://jornalggn.com.br/movimentos-sociais/moradores-decidiraofuturo-de-distritos-atingidos-pela-lama-em-mariana/>> . Acessado em: 03/09/2020.

<sup>24</sup> Moradores decidirão futuro de distritos atingidos pela lama em Mariana. Agência Brasil. Jornal GGN, 06 de novembro de 2018. Disponível em : <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-05/distritos-vaovirar-museu-para-que-tragedia-de-mariana-nao-seja-esquecida>> . Acesso em: 03/09/2020.

apoiando em Reinhart Koselleck (2006), é pensado como “espaço de experiência”, que reforça a identidade dos atingidos, e é acionado de maneira a perceber que nesse “horizonte de expectativa”, o futuro, a vivência no “Novo Bento” seria marcada por uma experiência pretérita que surge como aquela que deve ser resgatada. Koselleck, ao procurar definir as categorias meta-histórica, vai considerar a experiência como sendo os acontecimentos do passado que são incorporados e podem ser lembrados no presente. O passado, nesse sentido, é transmitido a cada geração, e desenvolve nos indivíduos determinados comportamentos que presentificam o passado. Nesse processo, as memórias (re)vividas pelos atingidos nas permanências são marcadas por um sentimento de que o presente enquanto experiência temporal não é experimentado, tendo em vista que não consideram o espaço que agora ocupam como seus, restando somente esse “espaço de experiência” que se configura na proteção da cultura da comunidade, em que o patrimônio emerge como ferramenta identitária dos atingidos.

O passado é experimentado a todo momento e surge como o lugar que deve ser restaurado no “Novo Bento”. Essas experiências são expressas nos sentimentos dos moradores quando revelam a expectativa quanto ao novo espaço: “Não há nada que substitua a nossa vida em nossa origem. Tudo o que queremos é trazer um pouco de nossa história para podermos viver o pouco dela que ainda resta em nossa mente (GENIVAL, 2017, p. 11). Para a atingida Hiata Meiriane Salgado, que estava grávida de 6 meses, surge o desejo de transmitir aos filhos as memórias no intuito de manter a identidade da comunidade naqueles que não viveram nesse território: “Quero passar para os meus filhos as boas experiências que tivemos no antigo Bento, porque quando o Novo Bento sair eles vão estar bem grandinhos, para que as histórias que nós vivemos no Bento não morram.” (HIATA, 2017, p. 13).

Imersos na reconstrução do passado, o presente surge como um tempo suspenso, figurando um movimento de rememoração desse passado, cuja expectativa é do retorno daquilo que foi vivenciado. Esse retorno se configura na própria relação de vizinhança que era estabelecida entre os atingidos, conforme destaca o atingido Mauro Marcos da Silva: “A gente não quer um Bento lindo e maravilhoso, a gente quer um Bento mais parecido com o antigo e principalmente

manter a relação de vizinhança” (SILVA, 2018, p. 4). Outro atingido manifesta a mesma vontade apresentada por Mauro Marcos: “A maioria tem o mesmo objetivo: viver num cantinho, sossegado, na rocinha lá, com os mesmos vizinhos, todo mundo unido, do mesmo jeito” (ANÔNIMO, 2016, p. 9).

Estabelecer a relação de vizinhança, na concepção dos atingidos, irá manter as relações de afetividades, reabilitando o tecido social da comunidade. Esse pensamento fez com que os atingidos recusassem o projeto urbanístico do “Novo Bento” apresentado pela Fundação Renova<sup>25</sup>, por não respeitar as disposições das casas, das igrejas, das escolas e praças, tal qual como era no antigo subdistrito. O projeto não levava em consideração os anseios dos atingidos, que exigiram a participação na elaboração do projeto. Segundo o atingido Antônio Geraldo dos Santos,

na elaboração e execução desse projeto é fundamental a nossa participação. Somos nós que iremos frequentar as praças e não podemos deixar o arquiteto fazer tudo do seu jeito, muito menos permitir que alguém defina o modelo de nossas casas sem antes nos consultar. E a dificuldade não se restringe às casas e ruas, mas também ao modo de vida das comunidades. *Laços terão que ser refeitos num lugar totalmente diferente e não há técnico que consiga refazer uma comunidade com a nossa identidade sem entender o contexto em que vivíamos. Somente os atingidos são capazes de trazer esses elementos de volta* (SANTOS, 2017, p. 8. Grifo meu).

A partir desse movimento, o novo projeto apresentado, com a participação dos atingidos, foi elaborado no sentido de manter as mesmas relações de vizinhanças estabelecidas no antigo Bento<sup>26</sup>. A própria escolha do terreno onde será construído o “Novo Bento” se deu mediante à participação dos atingidos. Revela a vontade destes de se manterem conectados com aquilo que sobrou do antigo Bento, no desejo de utilizar os mesmos espaços como forma de manterem vivas suas identidades. O terreno foi escolhido pelo atingido Zezinho café, por se encontrar na rota que leva ao antigo terreno de Bento Rodrigues. Embora outros 2 terrenos tenham sido sugeridos, o escolhido por Zezinho Café foi

---

<sup>25</sup>A Fundação Renova é a entidade responsável pela mobilização para a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG). Trata-se de uma organização sem fins lucrativos, resultado de um compromisso jurídico chamado Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Ele define o escopo da atuação da Fundação Renova, que são os 42 programas que se desdobram nos muitos projetos que estão sendo implementados nos 670 quilômetros de área impactada ao longo do rio Doce e afluentes.” Disponível em : <https://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/>. Acessado em: 17/09/2020.

<sup>26</sup> Disponível em: [https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/04/complemento-4\\_projeto-urbanistico-de-bento-rodrigues.pdf](https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/04/complemento-4_projeto-urbanistico-de-bento-rodrigues.pdf) . Acessado em: 04/09/2020

aprovado por 95% dos atingidos<sup>27</sup>. O terreno conhecido como Lavoura, fica a 9km do antigo Bento. Para os atingidos, a proximidade é uma forma de manter os laços de afetividade, uma maneira de vivenciar os espaços vinculados a identidade determinada pela relação com os referentes patrimoniais, como destaca um dos atingidos: "Pelo menos lá (no sentido do Bento) dá pra gente continuar a ir nos lugares que a gente ia antes" (ANÔNIMO, 2016, p. 8).

A manutenção dessa relação com o antigo território é um importante processo para a adaptação no "Novo Bento". Além disso, sua escolha reflete a consciência dos atingidos das diferentes dinâmicas do que é morar na cidade e do que é morar no campo. Por isso, nunca foi do interesse dos atingidos que o reassentamento se realizasse perto da cidade de Mariana, onde hoje se encontram "desterritorializados", por terem consciência de que o "Novo Bento" não seria mais um distrito, e sim um bairro: "Se fizesse pro lado de cá (da sede de Mariana), não ia ser mais um distrito, ia ser um bairro. E a gente não queria ser bairro de Mariana". (ANÔNIMO, 2016, p. 8).

O dilema que se coloca, a partir do cenário pós-desastre, é como se dará a ocupação desse novo espaço e de que maneira serão estabelecidas as novas construções históricas nesse novo território. As narrativas dos atingidos expressam um desejo de retorno a partir do constante contato com os bens patrimoniais destruídos pela lama. Mas de que maneira esses bens se apresentarão nesse "Novo Bento"?

Alois Riegl (1984) destaca que os bens patrimoniais podem apresentar diferentes valores de memória, como o ligado ao valor de antiguidade, no qual marca a passagem do tempo; o valor de comemoração, que expressa um desejo de continuidade na retomada de um passado; e o bem de valor histórico, que atua como prova de um passado do qual fez parte. Embora os atingidos lutem para que no "Novo Bento" se mantenham as mesmas relações afetivas, esses novos bens patrimoniais que surgirão com o "Novo Bento" se encontrarão vazios

---

<sup>27</sup> Fundação Renova. Histórias no Caminho da Reparação – Zezinho Café. Disponível em: <https://www.caminhodareparacao.org/historias-no-caminho-da-reparacao-zezinho-cafe/> . Acesso em: 05/09/2019.

de valores porque a construção coletiva do passado se baseia na referência estabelecida com o “velho” Bento e não o “novo”.

As identidades dos atingidos se encontram enraizadas nas ruínas do antigo Bento. As ruínas, por si só, têm a natureza de retorno a um passado perdido e funcionam como ferramenta que possibilita a imersão e o entendimento do passado ligado a elas. As ruínas de Bento Rodrigues são o registro histórico de outros tempos, que se perderam e que não voltarão mais a existir. Cumprem o seu papel de testemunho e de narrar parte da história da tragédia e os seus desdobramentos que se seguirão no “Novo Bento”. Como lugar de memória, carrega em si uma carga simbólica do patrimônio memorial da comunidade de Bento Rodrigues, capaz de proporcionar uma “volta” ao passado.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O viés central proposto nesta monografia foi levado a cabo a partir do entrecruzamento das noções de emoções patrimoniais, usos do patrimônio, nostalgia do patrimônio e lugares de memória, presentes nas ações dos atingidos mediante a luta por reparação que se estabeleceu a partir da tragédia, considerando todos estes elementos como constituintes fundamentais para a compreensão de como os atingidos de Bento Rodrigues se mobilizaram a partir de um entendimento de patrimônio despertado pela perda do território, servindo como mecanismo de reivindicação de direito à memória.

Lugar para a memória, as ruínas de Bento Rodrigues expõem os registros da vida e da trajetória social e histórica dos atingidos, incididas sob a luz do patrimônio na reconfiguração do tempo e sentidos na ressignificação de suas identidades. A ligação com as ruínas desperta variadas formas de emoções patrimoniais, ora ligadas ao aspecto da autenticidade que se concentra na continuidade do vínculo entre o estado atual do patrimônio destruído na relação com a sua origem; a emoção da presença, na dinâmica da proximidade estabelecida entre os atingidos junto aos bens patrimoniais; em face à beleza, que está ligada ao valor estético que o território destruído ainda representa (HEINICH, 2013, p. 202). Todas essas emoções são amplificadas pela emoção frente às ruínas, que se ligam aos lugares de memória, reforçando a presença do passado.

Passados 5 anos da tragédia, a construção do “Novo Bento” ainda é uma incógnita para os atingidos. Eles ainda permanecem “desterritorializados” e em meio às disputas em torno da manutenção da memória ligada ao espaço patrimonial destruído, mas que ainda permanece vivo na sua intangibilidade, nos discursos e práticas que ressignificam e se valorizam por meio da sociabilidade e sensibilidade no contato com os bens patrimoniais identitários (SMITH, 2006). O rompimento da barragem causou inúmeras perdas que levarão anos para serem reparadas, algumas delas jamais serão restituídas. A grande dúvida que se coloca é sobre como se estabelecerão as relações afetivas, de identidade, que os atingidos identificam nesse passado, mas que se reconfigura no presente e podem gerar outras formas de socialização no futuro. É necessário nesse processo de reassentamento que se construa uma política de patrimônio que

reconstrua a memória coletiva dos atingidos, no intuito de visibilizar, referenciar e dar significado a esse grupo que constantemente luta pelo direito ao passado na manutenção das identidades. Tal perspectiva se coloca da mesma maneira com os usos que se pretende dar as ruínas do antigo Bento Rodrigues, pois o dever de memória é uma forma de reparação diante do desastre que se estabeleceu. Deve-se reforçar o não esquecimento, colocando os atingidos como os principais agentes na busca deste reconhecimento.

## 5. REFERÊNCIAS

A SIRENE: para não esquecer, Mariana (MG), fev. 2016 a dez. 2019.

Atingidos de Bento. (2016, junho). A lavoura perto do Bento. *A Sirene: para não esquecer*. Recuperado de [https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_ed3\\_junho\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed3_junho_issuu)

Agência Brasil. Terremoto que matou 300 mil no Haiti faz 10 anos.Exame. Disponível em: < <https://exame.com/mundo/terremoto-que-matou-300-mil-no-haiti-faz-10-anos/>>. Acesso em:15/12/2020.

Armero. El País. Disponível em: <https://www.elpais.com.co/especiales/tragedia-de-armero/> . Acesso em: 22/01/2020.

ÁVILA PEREZ, Nancy Yiseth; VÁQUIRO BENITEZ, Any Lorena. Responsabilidad del estado frente al desastre natural ocurrido en Armero. Especialización Derecho Administrativo. Universidad Santo Tomás, Bogotá, Colombia. 2018.

BRITO, Pedro. Paisagem relíquia formada por acidente de causas antrópicas: o caso de Bento Rodrigues. *4º Colóquio Ibero-americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto*. Belo Horizonte, de 26 a 28 de setembro de 2016.

BRULON SOARES, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, 28, e1. Epub January 17, 2020.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados. v. 2. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado de Cultura: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010.

CAMARGOS, Daniel. Mulheres de Bento Rodrigues preparam o retorno da geleia de pimenta biquinho. Estado de Minas, Belo Horizonte, 08 de março de 2016. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/08/interna\\_gerais,741516/mulheres-de-bento-rodrigues-preparam-o-retorno-da-geleia-de-pimenta-bi.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2016/03/08/interna_gerais,741516/mulheres-de-bento-rodrigues-preparam-o-retorno-da-geleia-de-pimenta-bi.shtml). Acesso em: 15/12/2020.

CAMPOS, Eduardo. Bento Rodrigues: trajetória e tragédia de um distrito do ouro". 2018. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/004888888d03c6ebab527>

CASTRIOTA, Leonardo Barci. DOSSIÊ DE TOMBAMENTO BENTO RODRIGUES.2019. Disponível em: <http://patrimoniocultural.blog.br/wp-content/uploads/2019/06/DOSSIE-BENTO-ICOMOS-2019-capa.pdf>

CARVALHO, J. (2018, julho). A angústia da espera. *A Sirene: para não esquecer*. Recuperado de [https://issuu.com/jornallampiao/docs/lampi\\_o\\_32](https://issuu.com/jornallampiao/docs/lampi_o_32)

CANDAU, Joël. Memória e identidade. Tradução: Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2011, 219p.

CORDEIRO, Felipe. Entenda o vazamento de petróleo nas praias do Nordeste e do Sudeste. Estadão, 27 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://sustentabilidade.estadao.com.br/noticias/geral,entenda-o-vazamento-de-petroleo-em-praias-do-nordeste,70003026922>>. Acesso em :15/12/2020.

DALUA, A., Pascoal, G., & Muniz, L. (2017, janeiro). Muros antigos de Bento. *A Sirene: para não esquecer*. Recuperado de [https://issuu.com/jornalasilirene/docs/a\\_sirene\\_ed\\_10\\_janeiro\\_issuu](https://issuu.com/jornalasilirene/docs/a_sirene_ed_10_janeiro_issuu)

DAVALLON, Jean. Comment se fabrique le patrimoine:deux régimes de patrimonialisation In: KHAZNADAR, Chérif (Coord.). *Le patrimoine, oui, mais quel patrimoine?* Paris: Maison desculturesdu monde, 2012. p.41-58.

Escola Municipal Bento Rodrigues. Bento: passado, presente e futuro. 2017

FABRE, Daniel. Le patrimoine porté par l'émotion. In: FABRE, Daniel (dir.). *Émotions patrimoniales*. Nouvelle édition [enligne]. Paris: Éditions de la Maison dessciences de l'homme, 2013, P 13 – 100.

Fundação Renova. (n.d.a). *A Fundação*. Recuperado de <https://www.fundacaorenova.org/a-fundacao/>

Fundação Renova. (n.d.b). *Reconstrução de Bento Rodrigues: Projeto Urbanístico*. Recuperado de [https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/04/complemento-4\\_projeto-urbanistico-de-bento-rodrigues.pdf](https://www.fundacaorenova.org/wp-content/uploads/2017/04/complemento-4_projeto-urbanistico-de-bento-rodrigues.pdf)

Fundação Renova. (n.d.c). *Histórias no Caminho da Reparação – Zezinho Café*. Recuperado de <https://www.caminhodareparacao.org/historias-no-caminho-da-reparacao-zezinho-cafe/>

GARCÍA,Andres MAURICIO, Jonnathan Mora.Reconstrucción de memória a través de la mimesis arquitectónica . UNIVERSIDAD PILOTO DE COLOMBIA FACULTAD DE ARQUITECTURA Y ARTES PROGRAMA DE ARQUITECTURA BOGOTÁ D.C 2014.

GRANADA, Lorenzo. Etnografía en fragmentos: Escombros, ruinas y ausencias en el valle de Armero. Ecuador Debate. 99. 2016, P. 79-101

GONÇALVES, José Reginaldo. O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição. Estudos Históricos Rio de Janeiro, vol. 28, no 55, janeiro-junho 2015, p. 211-228.

HAESBAERT, Rogério. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004.

HUERTAS, Ebroul. Acciones y enseñanzas del trabajo en la reconstrucción de Armero,Colombia. Buenos Aires, AR; mar. 1990.

HEINICH, Nathalie. Esquisse d'une typologie des émotions patrimoniales.In: FABRE, Daniel (dir.). *Émotions patrimoniales*. Nouvelle édition [enligne]. Paris: Éditions de la Maison dessciences de l'homme, 2013, P 195 – 212.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Laurent León Schaffter. 2ª ed. São Paulo, Editora Revistas dos tribunais LTDA, 1990, 189 p.

Incêndios na Austrália afetaram quase 3 bilhões de animais. DW Made for minds. Disponível em: < <https://www.dw.com/pt-br/inc%C3%AAndios-na-austr%C3%A1lia-afetaram-quase-3-bilh%C3%B5es-de-animais-afirma-estudo/a-54350188>> . Acesso em: 15/12/2020 .

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira; revisão técnica de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006, 368p.

LEITE, Pedro. Museologia, Desenvolvimento e Direitos Humanos: Campos emergentes da investigação ação na globalização. Atas do VI encontro de Museus de países e comunidade de língua portuguesa, 2011.

LE GOFF, Jacques. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.

MARINALVA SALGADO (2018, janeiro). Nossas histórias debaixo dos pés de frutas. *A Sirene: para não esquecer*. Recuperado de [https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene\\_ed22\\_janeiro\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed22_janeiro_issuu)

MAROEVIC, Ivo. O papel da musealidade na preservação da memória. Texto apresentado no Congresso Anual do ICOFOM – Museologia e Memória. Paris, Zegred, 18 de Febrero de 1997. [Tradução de Tereza Scheiner].

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Repovoar o patrimônio ambiental urbano. In: Revista do Patrimônio e Histórico e Artístico Nacional; Patrimônio: desafios e perspectivas. Organização: Andrey Rosenthal Schlee. Nº 36 / 2017, P 39 – 52.

MONTILHA, Claudia. Una visita a Armero. Uniandes. Disponível em: <https://cerosetenta.uniandes.edu.co/una-visita-a-armero/> . Acesso em: 22/01/2020.

Moradores decidirão futuro de distritos atingidos pela lama em Mariana. Agência Brasil. Jornal GGN, 06 de novembro de 2018. Disponível em : <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-05/distritos-vao-virar-museu-para-que-tragedia-de-mariana-nao-seja-esquecida>> . Acesso em: 03/09/2020.

MUNIZ, L. (2016, agosto). Acolhida, esperança e resistência. *A Sirene: para não esquecer*. Recuperado de [https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene\\_ed5\\_agosto\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed5_agosto_issuu)

MUNIZ, M. R. S., Muniz, M. A. S., Muniz, M. M., & Santos, M. (2018, janeiro). Por amor ao Bento: onde tudo começou. *A Sirene: para não esquecer*. Recuperado de [https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene\\_ed22\\_janeiro\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed22_janeiro_issuu)

NASSIF, Lourdes. Moradores decidirão futuro de distritos atingidos pela lama em Mariana. Jornal GGN, 05 de maio de 2016. Disponível em : <<https://jornalggn.com.br/movimentos-sociais/moradores-decidirao-futuro-de-distritos-atingidos-pela-lama-em-mariana/>> . Acessado em: 03/09/2020.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN, Márcio. Catástrofe e representação: ensaio. São Paulo: Escuta, 2000.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10, 1993.

OLIVER-SMITH, A. "What is a disaster? Anthropological perspectives on a persistent question". In: Oliver-Smith, A; Hoffman, S. (orgs.), *The angry Earth: disaster in anthropological perspective*. New York: Routledge, 1999.

OLIVER-SMITH, A. Anthropology and the Political Economy of Disasters. In: Eric C. Jones, Arthur D. Murphy. *The Political Economy of Hazards and Disasters*. 2009. p.11-28.

ORBES SARASTY, Angela María; GÓMEZ DIEB, Alejandro. QUINTERO FADÚL, Raúl Guillermo; RAMOS MOLINA, Camilo Andrés. Parque memorial Armero / Museo a cielo abierto : la relación entre memoria y técnica en el proyecto arquitectónico. UNIVERSIDAD PILOTO DE COLOMBIA FACULTAD DE ARQUITECTURA Y ARTES PROGRAMA DE ARQUITECTURA BOGOTÁ D.C.– 2018.

QUINTÃO, S. (2016, março). Sabores da memória. *A Sirene: para não esquecer*. Recuperado de <https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene2sm>

REDE MINAS. Cooperativa de Bento Rodrigues tem atividades suspensas. Rede Minas, 12 de novembro de 2015. Disponível em: <http://redeminas.tv/cooperativa-de-bento-rodrigues-tem-atividades-suspensas/> . Acesso em: 15/12/2020.

RIEGL, Aloïs. *Le culte moderne des monuments. Son essence et sa genèse*. Tradução Daniel Wieczorek. Paris: Seuil, 1984.

SAMARCO. *A Samarco*. Disponível em: <https://www.samarco.com/a-samarco/>

SAMARCO. ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO. 2013. Disponível em: [http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/URCS\\_SupramCentral/RioVelhas/69/9.1-samarco.pdf](http://www.meioambiente.mg.gov.br/images/stories/URCS_SupramCentral/RioVelhas/69/9.1-samarco.pdf)

SÁNCHEZ, Felipe .A ressurreição da cidade colombiana que ficou enterrada na lama. El País, Armero, 13 de novembro de 2015. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/12/internacional/1447365646\\_003055.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/12/internacional/1447365646_003055.html) . Acesso em: 15/12/2020.

SANTOS, Mariana Corrêa dos. O conceito de "atingido" por barragens direitos humanos e cidadania. In: Revista Direito & Práxis. Rio de Janeiro, Vol. 06, N. 11, 2015, p. 113-140.

SANTOS, M. (2016, agosto). Acolhida, esperança e resistência. *A Sirene: para não esquecer*. Recuperado de [https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene\\_ed5\\_agosto\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/asirene_ed5_agosto_issuu)

SANTOS, M. (2017a, fevereiro). *Mães da esperança*. *A Sirene: para não esquecer*. Recuperado de [https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_fevereiro\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_fevereiro_issuu)

SANTOS, M. (2017b, janeiro). Memória e espaço. *A Sirene: para não esquecer*. Recuperado de [https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_ed\\_10\\_janeiro\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_ed_10_janeiro_issuu)

SANTOS, A. G. (2017a, março). De atingido para atingido: reconstrução. A Sirene: para não esquecer. Recuperado de [https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_mar\\_o\\_ed12\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_mar_o_ed12_issuu)

SANTOS, A. G. (2017b, fevereiro). As ruas que sobraram. A Sirene: para não esquecer. Recuperado de [https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_fevereiro\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_fevereiro_issuu)

SANTOS, A. G., & Pascoal, G. (2017, fevereiro). Intimidade provisória. A Sirene: para não esquecer. Recuperado de [https://issuu.com/jornalasirene/docs/a\\_sirene\\_fevereiro\\_issuu](https://issuu.com/jornalasirene/docs/a_sirene_fevereiro_issuu)

SILVA, Vicente de Paulo da; SILVA, Rene Gonçalves Serafim. Os atingidos por Barragens: Reflexões e discussões teóricas e os atingidos do assentamento Olhos D'água em Uberlândia-MG. In: Soc& Nat, Uberlândia, ano 23 n. 3, set/dez. 2011, P 397 – 408.

SILVA. João. Igreja de Bento Rodrigues, distrito de Mariana, é tombada pelo IEPHA de Minas Gerais. Jornal Voz Ativa, 19 de setembro de 2018 . Disponível em: <https://www. hojeemdia.com.br/horizontes/conselho-do-patrim%C3%B4nio-de-mariana-decide-pelo-tombamento-de-bento-rodrigues-e-paracatu-de-baixo-1.378031/> . Acessado em: 03/09/2020.

SMITH, Laurajane. Uses of Heritage. Routledge, Oxford, 2006, 351 pp.

SCHEINER, Tereza Cristina M. Imagens do não-lugar: Comunicação e o patrimônio do futuro. Tese de doutorado em Comunicação Social. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – Brasil, 2004.

STRÁNSKÝ, Zbynek Z. Original and substitutes in museums. ICOFOM Study Series, n. 09, p.95-114, 1985.

STRÁNSKÝ, Zbynek Z. Symposium Museologie and Museums. ICOFOM Study Series, n.12, p.287-298, 1987.

STRÁNSKÝ, Zbynek Z. O objeto da Museologia. In: SOARES, Bruno Brulon; BARAÇAL, Anaildo Bernardo. Stránský: uma ponte Brno-Brasil. Anais do III ciclo de debates da Escola de museologia da UNIRIO, 2017, p. 18-27.

TADDEI, Renzo e GAMBOGGI, Ana Laura (2010), "Introdução", In: Taddei, Renzo e Gamboggi, Ana Laura (orgs.), Depois que a Chuva não Veio – Respostas Sociais às Secas na Amazônia, no Nordeste, e no Sul do Brasil, Rio de Janeiro: Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos/Instituto Comitas para Estudos Antropológicos.

TADDEI, R. Sobre a invisibilidade dos desastres na antropologia brasileira. Waterlat-Gobacit Network WorkingPapers, Thematic Area Series Satad, TA8 – Water-related Disasters, vol. 1 no. 1, Newcastle upon Tyne and São Paulo, September, 2014. p. 30-42.

TADDEI, R. Os desastres em uma perspectiva antropológica. ComCiência, Dossiê. Desastres Ambientais, Campinas, n. 176, 13/04/2019.

Tsunami no final de 2004 matou 230 mil.G1. Disponível em < <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2018/12/23/tsunami-no-final-de-2004-matou-230-mil-veja-lista-dos-principais-desastres-no-mundo.ghtml> > Acesso em: 15/12/2020.

Terremoto atinge costa do Japão, gera tsunami e mata ao menos 288.G1 . Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/03/terremoto-atinge-costa-do-japao-gera-tsunami-e-mata-ao-menos-200.html>> . Acesso em :15/12/2015

VAINER, Carlos Bernardo. *Conceito de “atingido”*: Uma revisão do debate.In: ROTHMAN, Franklin Daniel. Vidas Alagadas – Conflitos Socioambientais, Licenciamento e Barragens. Viçosa, MG: Ed. UFV, 2008, p.39-6.

VIANA, Maurício Boratoo. Avaliando Minas: índice de sustentabilidade da mineração (ISM). Brasília, 2012.

VIANA, Rodrigo. Tragédia na Região Serrana do RJ já deixa mais de 500 mortos. G1. Disponível em: < <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/chuvas-no-rj/noticia/2011/01/tragedia-na-regiao-serrana-do-rj-ja-deixa-mais-de-500-mortos.html> > . Acesso em: 15/12/2020.